A historical map of a settlement, likely a village or town, featuring a winding river and numerous small buildings with red roofs. The map is drawn in a simple, hand-drawn style with watercolor-like washes. The river is depicted with multiple parallel lines in shades of green and brown. The buildings are small rectangles with red roofs, some with crosses on top, suggesting churches or religious buildings. The map is labeled with letters 'B.', 'R.', 'L.', and 'Sabara' in cursive script. A red rectangular box is overlaid on the center of the map, containing the title and date of the event. A dark blue rectangular box is at the bottom of the red box, containing the word 'ACTAS'. At the bottom center of the map, there is a circular logo of the Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, featuring a stylized map of Portugal in red, green, and yellow.

COLÓQUIO
INTERNACIONAL

**Universo
Urbanístico
Português**

1415-1822

ACTAS



COMISSÃO NACIONAL
PARA AS COMEMORAÇÕES
DOS DESCOBRIMENTOS
PORTUGUESES

**COLÓQUIO
INTERNACIONAL**

**Universo
Urbanístico
Português**

1415-1822

ACTAS



COMISSÃO NACIONAL
PARA AS COMEMORAÇÕES
DOS DESCOBRIMENTOS
PORTUGUESES

A contribuição mudejar à configuração da cidade colonial brasileira

Paulo Ormino de Azevedo

Tem-se discutido muito nos últimos anos, especialmente entre os hispânicos, a formação das cidades latino-americanas. Nesses eventos, as cidades hispano-americanas têm sido exaltadas pela «modernidade» de seu traçado geométrico renascentista – o *damero* –, enquanto as brasileiras são classificadas de tardo-medievais, espontâneas ou, na melhor hipótese, orgânicas, termos vagos que não ensejaram o desenvolvimento de uma teoria consistente capaz de explicar o fenômeno.

Em outra oportunidade procuramos explicar esta diferença de traçados, relacionando-os com as condições de colonização nas duas Américas: centralizada na espanhola e descentralizada na portuguesa (AZEVEDO, P. O. – *Urbanismo de trazado...*, pp. 306-322). Apoiamo-nos para isto na teoria da «cidade nova», isto é, da cidade criada por uma decisão política respaldada por um poder central forte, em oposição à cidade desenvolvida de forma continuada e sem um projeto prévio, o que não exclui a existência de uma estrutura morfológica que espelha o sistema político e social da sociedade local.

A maioria das cidades surgidas nos dois primeiros séculos de colonização brasileira são de traçado não-geométrico. Mas quando a Coroa decide intervir no processo de urbanização, como nos casos de Salvador, João Pessoa, Rio de Janeiro e Belém do Pará, o faz com traçados urbanos muito semelhantes ao dos espanhóis.

Não cabia naquela oportunidade discutir a estrutura interna dos dois tipos de cidade, senão os contextos em que foram produzidas. De qualquer modo, sempre nos preocupou o fato das duas tipologias apresentarem características comuns, como a forte separação entre a casa e a rua, indicando a existência de uma cultura urbanística de fundo, que passa as circunstâncias fundacionais.

Sabemos que as cidades não-regulares brasileiras não foram projetadas por arquitetos ou engenheiros militares, senão construídas, pouco a pouco, por



Casa com gelosias, em Pilar de Goiás, Brasil

mestres e pedreiros seguindo uma tradição urbanística difusa e atendendo a demandas sócio-políticas locais. Da mesma forma que utilizamos o conceito de «cidade nova» para explicar o *damero* hispano-americano e a regularidade das «cidades reais» brasileiras, utilizaremos o conceito de «cultura popular» para tentar desvendar a estrutura das nossas cidades não-regulares.

A cultura popular, um conceito aparentemente simples em contraposição ao de cultura erudita, não está isenta de complexas discussões conceituais e subdivisões. Expressões aparentemente sinônimas, como cultura primitiva, cultura popular ou vernacular e cultura de massa, têm significados muito precisos para os cientistas sociais, embora não consensuais. Antes de entrarmos em detalhes, é conveniente considerar a grande divisão: cultura de elite e cultura popular. Pode-se dizer que esta distinção vem da Idade Média, quando a cultura tinha um caráter dual, reflexo da estrutura feudal/rural, com senhores e servos. Existia então uma cultura aristocrática com artistas profissionais servindo à Corte e à Igreja e uma cultura popular, ou cultura de *folk*, elaborada de forma difusa pela comunidade campesina (LOWENTHAL, L. – *Literature...*).

Como a cultura popular engloba visões do universo, tecnologias e expressões artísticas – teatro, literatura oral, música e dança –, alguns autores tendem a diminuir sua importância, já que tais conhecimentos são pouco fundamentados cientificamente, enquanto outros, mais sensíveis a sua última função, tendem a exaltá-la enfatizando seu caráter de resistência à dominação de classe e externa.

Para Antônio Gramsci, esta divisão está vinculada à estrutura ideológica da sociedade. Em paralelo à cultura da elite, institucionalizada e ensinada nas escolas, existe uma cultura do povo, que expressa sua visão do mundo e da vida, em oposição à primeira (GRAMSCI, A. – *Literatura...*). Antonio Arantes sublinha que nas sociedades industriais, em especial capitalistas, o trabalho manual e o trabalho intelectual são considerados como atividades distintas e até opostas. «Essa dissociação entre “fazer” e “saber”, embora a rigor falsa, é básica para a manutenção das classes sociais pois ela justifica que uns tenham o poder sobre o labor de outros» (ARANTES, A. – *O que é cultura...*, p. 14).

Para a maioria dos autores, este esquema persistiu até o início do século passado quando, em decorrência da urbanização e da Revolução Industrial, deixa progressivamente de corresponder à realidade, dando lugar à «cultura de massa», que funde elementos dos dois tipos precedentes em um produto homogeneizado de entretenimento, elaborado e controlado pela chamada «indústria cultural». Com o surgimento dos meios de comunicação de massa, esta cultura tem uma verdadeira explosão.

No caso do urbanismo e da arquitetura a velha distinção se torna ainda mais profunda com a separação entre projeto e construção, que coloca em oposição monumento e arquitetura popular, projetista e construtor. Raymond Gindroz, ao analisar o ordenamento visual dos ambientes urbanos das cidades européias, afirma (*Análisis del ordenamiento...*, p. 203):

«Existe uma gama contínua que vai desde o ambiente popular, realizado por um indivíduo em uma sociedade não especializada, utilizando métodos e modelos tradicionais daquela sociedade e ocupando-se diretamente com os problemas primários da consecução de um abrigo para sua família, até o ambiente monumental, criado sob o império de uma sociedade profundamente esnobe que contrata um construtor-escultor especializado para que crie um ambiente visual representativo do poder daquela sociedade.»

A cultura popular, como já dissemos, comporta subdivisões. É o caso da cultura primitiva, ou seja,

produzida por sociedades com níveis econômicos, tecnológicos e organizacionais primários, segundo a classificação dos antropólogos e sociólogos. Nessas sociedades, na maioria das vezes iletradas e isoladas, o conhecimento é difuso e há pouca especialização. Todos sabem construir sua casa, embora por razões sociais e técnicas, na maioria das vezes, esse trabalho é feito coletivamente. As habitações são geralmente iguais, como a dos nossos índios e outros grupos primitivos.

Em sociedades onde existe divisão de trabalho e maior estratificação social, surgem especializações profissionais. Quando a maioria das casas é feita por pedreiros e carpinteiros, podemos dizer que passamos da arquitetura primitiva para a especificamente popular ou, segundo outros autores, vernacular. Este termo, de origem latina, referia-se inicialmente ao escravo nascido na casa do senhor e, por extensão, a doméstico ou próprio da região. Por não possuímos no Brasil, a rigor, uma tradição urbanística e arquitetônica autóctona, preferimos utilizar a expressão popular, em vez de vernacular.

Nessas sociedades, a maioria dos usuários participa da construção de sua casa e da própria povoação, mas a obra é confiada a oficiais especializados. Os proprietários e usuários não são consumidores ou receptores passivos, senão importantes protagonistas da construção. A casa não é riscada, porque o «tipo» está na cabeça de todos, mas o proprietário sugere adaptações para ajustá-la melhor às necessidades específicas de sua família, bem como ao sítio natural e entorno construído, sem contudo demonstrar uma intenção estética ou estilística explícita. Há, portanto, maior variação morfológica nas habitações dessas sociedades, mas as modificações não afetam o «tipo», que continua sendo respeitado.

Em uma sociedade muito estratificada, as elites utilizam profissionais especializados para a realização de obras que cumprem uma função não só utilitária como ideológica de afirmação de seu poder sobre as classes inferiores. Como signos da cultura dominante, os monumentos têm sido alvos prediletos de destruição dos conquistadores em todas as épocas. Esta lei se cumpriria em solo português durante a Reconquista, e também no Brasil com a ocupação holandesa.

A arquitetura popular está, portanto, mais ligada à comunidade local e evolui de forma contínua, embora lenta, ao contrário da erudita, que se mantém presa durante algum tempo a cânones exógenos, mas que de repente dá saltos sob o influxo da

genialidade de alguns artistas. Por outro lado, a produção erudita tende a uma crescente institucionalização, tendo de submeter-se a numerosos códigos, como os de urbanismo, obras e incêndio, para aprovação pela municipalidade e agentes financeiros.

Embora aparentemente simples no plano teórico, a definição da fronteira entre cultura popular e erudita não é tão fácil, porque amiúde as duas tradições se misturam. Como já foi dito, há um contínuo entre a cultura popular e a erudita, entre a arquitetura do povo e a das elites, o que torna a questão mais complicada do que parece.

Em suma, consideramos como eruditas as obras de urbanismo e arquitetura firmadas por arquitetos e engenheiros militares ou com fortes indícios de participação dos mesmos. Obras projetadas segundo princípios codificados e de aceitação universal. Do mesmo modo, consideraremos como popular toda a produção atribuída a mestres de obras, pedreiros, leigos e anônimos que se enquadram em determinadas tipologias elaboradas difusamente pelas camadas populares de uma sociedade e em alguns casos reconhecidas e institucionalizadas por normas mínimas edificatórias.

Os protagonistas

Mas quais seriam os agentes dessa cultura popular que plasmaram as nossas cidades e casas? Quem eram os mestres de obras e pedreiros que atuaram em nosso meio? Qual o grau de sua qualificação? Para responder a estas perguntas teremos, inevitavelmente, de recapitular a nossa colonização.

São por de mais sabidas as dificuldades que enfrentou Portugal para consolidar seu domínio sobre o Brasil, especialmente durante os dois primeiros séculos. Empobrecido e despovoado, a Metrópole delegou a privados e às ordens religiosas a função colonizadora, intervindo somente para garantir o débil sistema descentralizado de colonização e manter a integridade territorial. Faltava, além de recursos, gente para aquela função.

Quando da expedição de Martim Afonso de Souza, em 1530, Portugal teria pouco mais de um milhão de habitantes, dos quais cerca de um terço eram homens em idade produtiva. Os terremotos, as pestes, os naufrágios e as guarnições espalhadas pelas Ilhas Atlânticas, pela África e pelo Oriente, de onde pouca gente retornava, haviam reduzido a população portuguesa a praticamente metade daquela de

seus tempos áureos. Cerca de 331 000 homens deviam cuidar do Estado, da milícia, da lavoura, da indústria, da pesca e das empresas marítimas (AZEVEDO, T. - *Povoamento...*, pp. 18-25).

Como é natural, os mais qualificados eram requisitados para as funções públicas e privadas, na Metrópole e na Índia, de onde vinha o principal sustento do Império. Sobrava para as demais colônias a «arraia-miúda» que, a rigor, não era desqualificada, senão pouco confiável, por ser em grande parte *mudéjar*, isto é, islâmicos subjugados pela Reconquista cristã. Entre estes estavam também muitos cristãos-novos. «Suas aptidões técnicas tornavam-nos, de certo, elementos de grande valor nas expedições colonizadoras de fidalgos arruinados e soldados aventureiros que outra coisa não sabiam senão manejar a espada, agora quase inútil», afirma Gilberto Freyre (FREYRE, G. - *Casa Grande...*, p. 218).

Quando, no ano de 711, um exército constituído na maior parte por soldados berberes cruza o estreito de Gibraltar e conquista, em apenas três anos, a península Ibérica, ocupação que perduraria seis séculos em Portugal e quase oito na Espanha, inicia-se um rico processo de caldeamento étnico e cultural. A península Ibérica e as ilhas Baleares passam, a partir daquele momento, a fazer parte do *Magrib al-Aqsa*, o Extremo Ocidente do mundo árabe.

Como elemento diferenciador do restante do Magrebe, a Península e as Ilhas foram denominadas de *al-Andalus*. O gentílico *andalusi*, adotado pelos próprios islâmicos durante a Idade Média, passou a qualificar tudo relativo à aquela região. Por outro lado, o quinhão ocidental da Península, correspondente à antiga Lusitânia, atual região centro-sul portuguesa e pequena parte da Estremadura espanhola, foi por sua vez denominada de *Gharb al-Andalus*.

O componente islâmico se somaria aos remanescentes autóctones, enriquecidos pelas contribuições romanas e visigóticas e acrescidas de influências bárbaras, berberes, e judaicas. A cultura *andalusi*, já enriquecida de elementos cristãos assimilados na convivência com os *moçarabes*, isto é, cristãos visigodos vivendo sob dominação muçulmana, não se extinguiria com a Reconquista. Ela se submete à retomada asturiana-galega, transformando-se em uma cultura de resistência, que incorpora gradualmente novos elementos cristãos. Em um primeiro momento, os *mudéjares* são escravizados e seus monumentos destruídos. Sobre suas fundações são construídos castelos e igrejas cristãs. Apenas um monumento, a

mesquita de Mértola, sobrevive, provavelmente por falta de recurso para a construção de uma nova igreja.

Embora segregadas em guetos, essas populações preservaram sua cultura e costumes até 1496, quando um édito real as coloca sob o dilema: conversão ou exílio. Essa cultura sincrética, profundamente enraizada nos contingentes populacionais que emigrariam para a América, formaria o principal fundamento da arte popular ibero-americana, segundo a nossa hipótese. No caso brasileiro, junta-se à tradição ibérica importantes contribuições indígenas, africanas e asiáticas incorporadas no Brasil em decorrência da formação do império globalizado português. Mas não há dúvida que o componente *mudejar* é o mais importante.

Os folcloristas brasileiros já haviam identificado inúmeras manifestações de origem arabo-islâmicas na nossa literatura de cordel, música, cancionero, dança, indumentária, folguedos e crenças populares. As nossas violas e rebecas sertanejas têm origem no *alauide*. Alguns tipos de versos usados por nossos cantadores, como o *mourão*, e folguedos populares, como o *fandango*, a *mourisca*, a *marujada* e os *cris-tãos e mouros*, todos são de origem *mudejar*. Os trajes utilizados pelas sinhás brancas no período colonial, com mantilhas e rebouços, bem como o usado pelo gaúcho atualmente têm a mesma raiz.

Prolongada foi a persistência no imaginário popular brasileiro do episódio de encantamento de D. Sebastião, em terras marroquinas, tão áridas quanto as do Nordeste. Ainda na primeira metade do século passado, D. Sebastião ressurgiu na serra do Roncador, em Pernambuco, e é vencido e morto, em 1820, pela polícia. Dezesseis anos mais tarde, no mesmo estado, ocorre o episódio do Reino da Pedra Bonita, igualmente reprimido pela polícia. Antônio Conselheiro, protagonista de uma das mais bravas sagas de resistência popular no país era um sebastianista convicto (CASCUDO, C. - *Dicionário...*, pp. 810 e segs.).

Segundo Gilberto Freyre, grande parte dos costumes da nossa sociedade patriarcal, como o machismo, a poligamia, a repressão à mulher, os hábitos higiênicos e as posturas corporais fundamentavam-se em práticas e valores arabo-islâmicos. Esses hábitos se refletiam diretamente na arquitetura, já foi analisada por outros autores segundo a mesma ótica. Falta apenas aprofundar esta pesquisa no que se refere ao urbanismo e à relação da casa com a rua.

Um dos primeiros pontos a investigar é a participação daquelas populações na colonização brasi-

leira. No particular dos ofícios mecânicos, a grande maioria daqueles que os exerciam na península Ibérica eram *mudéjares*. Foi exatamente a sua qualificação e a falta de outra opção aos conquistadores que os livrou do cativeiro, a partir da tomada de Lisboa. Os *mouros* eram a grande força de trabalho em Portugal, a ponto de inspirarem expressões do tipo *trabalhar como mouro* e *mourear* equivalentes a dar duro no trabalho (FREYRE, G. - *Casa Grande...*, pp. 210-213).

Não era apenas a persistência no labor que os distinguia, senão seus conhecimentos. Foram eles que viabilizam, com suas máquinas hidráulicas, a *picata* e a *nora*, a irrigação de terras antes improdutivas, criando uma agricultura familiar, além da modernização dos cultivos da oliveira e da vinha e a introdução de novos, como os cítricos e as hortaliças. Foram eles, também, que introduziram na Península o aproveitamento da força hidráulica - quedas d'água e marés - para a moagem de grãos, com suas *azenhas*, criando as primeiras indústrias.

Não obstante sua condição marginal, no particular dos *alarifes*, pedreiros e carpinteiros, sua qualificação acabaria por ser reconhecida oficialmente em Portugal. Registre-se a obrigação imposta por D. Dinis, em 1271, aos muçulmanos forros de Colares de manterem o palácio real. Em 1456, a comunidade de Évora protesta junto ao rei pela participação continuada dos mesmos nas obras do castelo real. Mas D. João II nomeia o carpinteiro Azmede «paceiro» do Palácio Real daquela cidade, pelo muito que conhecia de carpintaria e pedraria. Um oleiro *mudejar* de Lisboa, Caçome Borracho, é privilegiado por D. Afonso V, em 1461, provavelmente por seus serviços nas obras do Paço de Sintra e o nome do *alarife* Calvo está gravado no castelo de Alandroal como seu construtor (BARROS, F. - *Os mudéjares...*, p. 122).

Por outro lado, a grande quantidade de termos técnicos de origem árabe relativa ao urbanismo e à arquitetura que se conservou no português e no castelhano é indicativa da enorme participação de construtores *mudéjares* no mundo ibérico e latino-americano. Em glossário reproduzido no final desta comunicação, conseguimos reunir mais de 140 termos do jargão da construção e do urbanismo, a maioria dos quais ainda em uso na península Ibérica e América Latina. Para sublinhar a influência árabe em nossa língua, grafamos em itálico, neste texto, todas as palavras com essa origem.

Desde a Idade Média, as regiões sul e centro-sul de Portugal apresentavam crescimento urbano mais acentuado que a norte, esta caracterizada pela dis-

e Manuel Fernandez, mestre de obras de el-rei (TRAVASSOS, S. – *Conquista...*; PINTO, I. F. – *Datas e notas...*). Mesmo assim não fugiu à tradição *andalusi* de implantação em altura.

Este critério foi adotado também em cidades menores e menos conhecidas. No litoral sul da Bahia, uma série de povoações foram fundadas, ainda no segundo quartel do século XVI, pelos donatários das Capitânicas de Porto Seguro e Ilheus. Além das sedes das duas capitânicas, podemos assinalar Santa Cruz Cabralia, Morro de São Paulo e Cairú, esta do final do século.

A partir de 1549, missionários jesuítas adotam esse princípio em reduções na mesma Capitania, como Ajuda e Trancoso e, um pouco mais ao norte, em Olivença e Camamu. No litoral norte da Bahia, os mesmos padres fundam com igual critério Conde, no início do século XVII. No Recôncavo, também nesse período, surgem povoações ligadas à economia do açúcar com igual implantação, como Cachoeira, Jaguaripe e Maragogipe. A cidade velha de Porto Seguro, que é anterior a Salvador, está no bordo de uma falésia delimitada lateralmente pelos vales de dois rios. Idêntica localização adotaram Ajuda, Trancoso e Camamu. Mas nem sempre era possível encontrar essas condições para a instalação de uma povoação. Nesses casos, procuravam-se colinas envolvidas por outros acidentes naturais, como o mar, os manguesais e as várzeas para compensar a menor altura. Este é o caso de Olinda, Rio de Janeiro, Cairú, Cachoeira e Maragogipe.

«Em certos casos [no *Gharb*], a cidade organizava-se em dois núcleos diferenciados e autônomos, como em Santarém [com o Alfange e a Ribeira] e Alcácer do Sal [com o pólo piscatório à beira-rio]. Noutros, como em Lisboa e Coimbra, essas duas áreas unificam-se em uma única mancha urbana» (TORRES, C.; MACÍAS, S. – *A islamização...*, p. 36). A mesma disposição foi adotada no Brasil e pode ser observada em Olinda (a colina e o recife), Porto Seguro (a cidade alta e a ribeira), Salvador (a cidade alta e a praia) e João Pessoa (a povoação e o porto). Nos demais casos – como Rio de Janeiro, Camamu, Cachoeira e Jaguaripe – os dois núcleos formavam uma mancha contínua, apesar do desnível.

Mas voltemos à descrição da formação de uma cidade *andalusí* típica:

«Desde o ponto de vista econômico, se irá produzindo um processo social de apropriação do espaço: a população se divide em dois grandes gru-

pos. Um produtor, que vive extra-muros, como podem ser os oleiros, e outro que permanece dentro que tem uma função especializada, essencialmente comercial ou relacionada com a produção artesanal, não poluente... A proliferação de bairros contribuirá para a criação de divisões interiores fortificadas, tanto por razões sociais [a Antequeruela de Toledo] quanto religiosas, criando bairros judeus e cristãos, como em Córdoba.»

A divisão social foi muito evidente nas cidades brasileiras dos dois primeiros séculos. Embora não tivéssemos muros internos, a altura e o afastamento dos dois núcleos faziam o mesmo efeito. Na cidade alta de Salvador, amuralhada, estavam o governo, as classes mais abastadas e o clero. Na cidade baixa, ou Praia, ficavam o porto, os trapiches, os estaleiros, os barcos pesqueiros e a gente que trabalhava nas mesmas atividades. Outros oficiais mecânicos também viviam e trabalhavam ali, como os alfaiates e joalheiros, cujos nomes ficaram perpetuados nas Ruas dos *Algibebes* e dos *Ourives*. Com o tempo, alguns comerciantes passaram a viver na Praia, junto a seus armazéns e o porto. Quando a cidade se expande para além da colina fundacional surgem ruas como a dos Mercadores e a Baixa do Sapateiro. O mesmo ocorria em Olinda e no Rio de Janeiro, antes da cidade se expandir na várzea. O esquema se repete também numa vila pequena, como Camamu, na Bahia.

José Antônio Caldas afirmava, em 1774, que a Praia em Salvador, embora habitada por muitos ricos comerciantes, que podiam levantar em poucas horas grossas quantias para pagar uma dívida de sua irmandade, era um labirinto de vielas estreitas e sujas; na parte alta era que ficavam as ruas largas, os grandes sobrados, os templos e os edifícios públicos. No final do século passado, Silva Jardim confirma esta divisão social da urbe. A cidade baixa era extremamente povoada, mas conservava ruas «bastante estreitas e escuras». Na cidade alta as ruas eram «comodamente espaçosas e alinhadas» permitindo a «passagem de seges, sem dificuldades» (*apud AZEVEDO, T. – Povoamento...*, p. 188).

A separação das minorias religiosas perduraria e tomaria o caráter de segregação em Portugal pós-Reconquista, mudando naturalmente a polaridade. Expulsas da área urbana fortificada, essas comunidades formavam *arrabaldes* também amuralhados, onde se preservava o traçado e costumes típicos. As mourarias existiam em praticamente todos os núcleos urbanos ao sul do rio Mondego (ANDRADE, A. A. –

e Manuel Fernandez, mestre de obras de el-rei (TRAVASSOS, S. – *Conquista...*; PINTO, I. F. – *Datas e notas...*). Mesmo assim não fugiu à tradição *andalusi* de implantação em altura.

Este critério foi adotado também em cidades menores e menos conhecidas. No litoral sul da Bahia, uma série de povoações foram fundadas, ainda no segundo quartel do século XVI, pelos donatários das Capitânicas de Porto Seguro e Ilheus. Além das sedes das duas capitânicas, podemos assinalar Santa Cruz Cabralia, Morro de São Paulo e Cairú, esta do final do século.

A partir de 1549, missionários jesuítas adotam esse princípio em reduções na mesma Capitania, como Ajuda e Trancoso e, um pouco mais ao norte, em Olivença e Camamu. No litoral norte da Bahia, os mesmos padres fundam com igual critério Conde, no início do século XVII. No Recôncavo, também nesse período, surgem povoações ligadas à economia do açúcar com igual implantação, como Cachoeira, Jaguaripe e Maragogipe. A cidade velha de Porto Seguro, que é anterior a Salvador, está no bordo de uma falésia delimitada lateralmente pelos vales de dois rios. Idêntica localização adotaram Ajuda, Trancoso e Camamu. Mas nem sempre era possível encontrar essas condições para a instalação de uma povoação. Nesses casos, procuravam-se colinas envolvidas por outros acidentes naturais, como o mar, os manguesais e as várzeas para compensar a menor altura. Este é o caso de Olinda, Rio de Janeiro, Cairú, Cachoeira e Maragogipe.

«Em certos casos [no *Gharb*], a cidade organizava-se em dois núcleos diferenciados e autônomos, como em Santarém [com o Alfange e a Ribeira] e Alcácer do Sal [com o pólo piscatório à beira-rio]. Noutros, como em Lisboa e Coimbra, essas duas áreas unificam-se em uma única mancha urbana» (TORRES, C.; MACÍAS, S. – *A islamização...*, p. 36). A mesma disposição foi adotada no Brasil e pode ser observada em Olinda (a colina e o recife), Porto Seguro (a cidade alta e a ribeira), Salvador (a cidade alta e a praia) e João Pessoa (a povoação e o porto). Nos demais casos – como Rio de Janeiro, Camamu, Cachoeira e Jaguaripe – os dois núcleos formavam uma mancha contínua, apesar do desnível.

Mas voltemos à descrição da formação de uma cidade *andalusí* típica:

«Desde o ponto de vista econômico, se irá produzindo um processo social de apropriação do espaço: a população se divide em dois grandes gru-

pos. Um produtor, que vive extra-muros, como podem ser os oleiros, e outro que permanece dentro que tem uma função especializada, essencialmente comercial ou relacionada com a produção artesanal, não poluente... A proliferação de bairros contribuirá para a criação de divisões interiores fortificadas, tanto por razões sociais [a Antequeruela de Toledo] quanto religiosas, criando bairros judeus e cristãos, como em Córdoba.»

A divisão social foi muito evidente nas cidades brasileiras dos dois primeiros séculos. Embora não tivéssemos muros internos, a altura e o afastamento dos dois núcleos faziam o mesmo efeito. Na cidade alta de Salvador, amuralhada, estavam o governo, as classes mais abastadas e o clero. Na cidade baixa, ou Praia, ficavam o porto, os trapiches, os estaleiros, os barcos pesqueiros e a gente que trabalhava nas mesmas atividades. Outros oficiais mecânicos também viviam e trabalhavam ali, como os alfaiates e joalheiros, cujos nomes ficaram perpetuados nas Ruas dos *Algibebes* e dos *Ourives*. Com o tempo, alguns comerciantes passaram a viver na Praia, junto a seus armazéns e o porto. Quando a cidade se expande para além da colina fundacional surgem ruas como a dos Mercadores e a Baixa do Sapateiro. O mesmo ocorria em Olinda e no Rio de Janeiro, antes da cidade se expandir na várzea. O esquema se repete também numa vila pequena, como Camamu, na Bahia.

José Antônio Caldas afirmava, em 1774, que a Praia em Salvador, embora habitada por muitos ricos comerciantes, que podiam levantar em poucas horas grossas quantias para pagar uma dívida de sua irmandade, era um labirinto de vielas estreitas e sujas; na parte alta era que ficavam as ruas largas, os grandes sobrados, os templos e os edifícios públicos. No final do século passado, Silva Jardim confirma esta divisão social da urbe. A cidade baixa era extremamente povoada, mas conservava ruas «bastante estreitas e escuras». Na cidade alta as ruas eram «comodamente espaçosas e alinhadas» permitindo a «passagem de seges, sem dificuldades» (*apud AZEVEDO, T. – Povoamento...*, p. 188).

A separação das minorias religiosas perduraria e tomaria o caráter de segregação em Portugal pós-Reconquista, mudando naturalmente a polaridade. Expulsas da área urbana fortificada, essas comunidades formavam *arrabaldes* também amuralhados, onde se preservava o traçado e costumes típicos. As mourarias existiam em praticamente todos os núcleos urbanos ao sul do rio Mondego (ANDRADE, A. A. –

A paisagem..., p. 22). Évora possuía uma mouraria e uma judiaria, Coimbra idem, e Lisboa ainda conserva, na toponímia e no traçado, a lembrança de bairros onde viviam mouros e judeus: a Mouraria e Alfama.

Este sistema também chegaria ao Brasil, mas de forma muito atenuada. Salvador preserva na toponímia bairros como Mouraria e Mesquita do Tororó. Este último indicando a existência de um elemento típico da cidade *andalusí*, o conjunto mesquita-banho. O Tororó, em cujas margens se situava a mesquita, era o grande dique criado para proteger a urbe alargada. É provável que os fiéis dessa mesquita fossem Malés maometanos, que no século passado lideraram o mais importante levante escravo da cidade. Recife, depois da expulsão holandesa, preservou na toponímia a Rua dos Judeus, caricatura de judiaria medieval.

Mas voltemos ao texto em discussão:

«A cidade vai crescendo em torno a alcáçova [palácio fortificado] e necessita uma muralha que a proteja, com sua porta e seu postigo, formando um pequeno recinto... O conjunto não se estrutura seguindo o sistema de cardus e decumanos, de tipo romano, senão que o faz em torno ao sistema do centro político-religioso e ligações às portas, como ocorre em Idanha-a-Velha e Évora... O número de portas era limitado, tendendo a favorecer a circulação cotidiana e corrente mediante postigos. As portas costumavam ter denominações dos lugares aos quais davam saída.»

Até por uma razão topográfica, não há como cruzar eixos em uma cidade construída em altura. Em Portugal, mesmo após a Reconquista, muitas das vilas e cidades criadas ou reconstruídas por D. Dinis, independente da topografia, adotam este esquema: uma só porta e uma rua central que a liga ao castelo. Como exemplos podemos citar: Vila Viçosa, Alegrete, Salvaterra de Magos e Monsaraz (AZEVEDO, P. O. – *Urbanismo de trazado...*). Era comum também as cidades com duas portas ligadas por uma rua direita. Dessa tipologia podemos citar, no Brasil, Salvador. Mas tudo gravitava em torno do centro político-religioso. A mesma estrutura se repetia nas paróquias e nos bairros.

De qualquer modo, as cidades amuralhadas foram muito poucas no Brasil. Registre-se apenas os casos de Olinda, Salvador, a primitiva cidade do Rio de Janeiro e Morro de São Paulo. As portas, ainda quando batizadas com nomes de santos, reminiscência da

Reconquista, eram conhecidas pelos bairros ou cidades a que levavam. No caso de Salvador, portas do Carmo e de São Bento, por apontarem para conventos homônimos em torno dos quais se estruturaram os dois principais bairros extramuros. Em Morro de São Paulo, a única porta que dá acesso à povoação é conhecida como Portaló, ou Porta do Mar.

Vejamos agora o que se passava nos arredores da cidade *andalusí*:

«O entorno da cidade podia ser ocupado não só pelos terrenos de cultivo e pastagem, de uso normal para o suporte econômico e vital da população, mas também por pequenos palacetes de descanso, ou hortas...»

Em Salvador, Garcia d'Ávila foi o primeiro a possuir uma casa fora da cidade, na península de Itapagipe, em terrenos doados por Tomé de Souza. No início do século XVII, os jesuítas possuíam uma agradável e ampla casa de repouso fora da cidade, a Quinta do Tanque, onde passou a velhice o P.^o António Vieira [AZEVEDO, P. O. (coord.) – *Inventário...*, vol. I, pp. 73-74 e 153-154]. Também em Itapagipe, José Pires de Carvalho Albuquerque III, casado com uma descendente dos Ávilas, edifica ali um solar de descanso, em 1756 (REBOUCAS, D.; GODOFREDO FILHO – *Salvador da Baía...*, pp. 236-237). Perto daquele ponto, o arcebispo D. José Botelho de Mattos mandou construir, em 1759, seu palácio de verão com enorme capela privativa.

Senhores de engenho baianos também tinham palacetes na periferia da cidade, como o desembargador Pedro de Unhão Castelo Branco. O Solar do Unhão, do final do século XVII, compreende, além da casa grande, capela, adro com fonte barroca, trapiches, alambique, ponte de atracação e aqueduto. Na Soledade, o senhor de engenhos Pedro Rodrigues Bandeira possuía, no início do século passado, um solar com invejável jardim ornado de embrechados de louça tipicamente *mudejar* debruçado sobre a Baía de Todos-os-Santos [AZEVEDO, P. O. (coord.) – *Inventário...*, vol. I, pp. 79-80, 265-266 e 301-302]. A Vitória era outra área onde os mais ricos, desde meados do século XVII, possuíam chácaras e quintas de veraneio e morada.

No Rio de Janeiro, no início do século passado, D. João VI mandou construir fora da cidade a Quinta da Boa Vista e Ferdinand Denis, em 1880, diz que a grande sociedade e a elite do Rio de Janeiro moravam em chácaras periféricas, afastadas da cidade e de suas ruas ocupadas por capoeiristas, vagabundos

e pessoal de todo o tipo (*apud* DAMATTA, R. – *A Casa...*, p. 49).

As hortas para abastecimento da cidade eram frequentes nos vales limítrofes da Cidade do Salvador e se preservaram até meados do século presente. O mesmo ocorria nas várzeas de Olinda e do Rio de Janeiro. Também os conventos possuíam roças com hortas e pomares. Outro elemento localizado fora das cidades era o leprosário, conhecido em Portugal medieval como *gafaria*. Em 1755, a Câmara da Cidade do Salvador solicita a D. José I recursos para construir um leprosário na colina de São Lázaro, fora da barra da Baía de Todos-os-Santos.

Mas retornemos à cidade *andalusí*:

«Seguindo a trama urbana das povoações citadas [Tânger, Tlencen, Córdoba, Jerez de la Frontiera, Valencia, Sagunto, Lisboa e Agreda], em todos os casos se pode apreciar, com grande frequência, pequenos becos, que sensivelmente prolongam a rua que lhes dão acesso. As ruas serão tortuosas, estreitas, protegendo os habitantes das inclemências do tempo. As formas de quarteirões pequenos e em cunha parecem ser frequentes e permitem a criação de caminhos que conduzem a pequenos pólos, também radiais, estruturados em torno ao centro de atração cívica da povoação. Os pequenos "sub-pólos" se concentram, nas planimetrias europeias, em torno de igrejas que possivelmente substituíram mesquitas.»

Salvo «cidades novas» criadas por decisão política da Coroa, que não passam de quatro ou cinco nos dois primeiros séculos, todas as demais são cidades de ruas tortuosas e estreitas (AZEVEDO, P. O. – *Urbanismo de trazado...*). Olinda e São Paulo são exemplos desse urbanismo que não está necessariamente condicionado pela topografia, mas por uma dinâmica que não é a dos eixos de circulação, senão da gravitação em torno de pólos cívicos-religiosos. As próprias «ruas direitas», tão comuns na Metrópole como no Brasil, não deviam seu nome à forma geométrica, senão à sua hierarquia no conjunto urbano.

As vias estreitas e tortuosas eram também o padrão em Lisboa medieval, como em outras cidades lusas. Em meados do século XII, «os seus edifícios estão aglomerados tão apertadamente que, a não ser entre os dos comerciantes, dificilmente se achará uma rua com mais de oito pés de largura», afirma um contemporâneo (*apud* MARQUES, A. H. O. – *A sociedade medieval...*, p. 66). Também existiam limitações em

altura. Em Ponte de Lima as exíguas ruelas medievais deviam permitir a passagem de «carros carregados e homens em cyma de cavalos» (ANDRADE, A. A. – *A paisagem...*, p. 14). Curiosamente, vamos encontrar norma muito semelhante nas Ordenanças de Toledo, a cidade *andalusí* por excelência. Ali, os «sobrados que atrauisan las calles a que dicen encubiertas» deviam ter altura suficiente para a passagem do «caballero com suas armas e que non le embargue» (CHUECA GOITIA, F. – *Breve história...*, p. 84).

As cidades do ciclo do ouro no Brasil, com exceção de Mariana reconstruída depois de uma inundação, são urbes de traçado não-regular. Sem dúvida, a descoberta aleatória do minério em vales geralmente estreitos e a ocupação apressada do sítio devem ter contribuído para uma certa irregularidade dessas cidades (fig. 5). Mesmo na América espanhola, centros mineiros como Potosi (Bolívia) e Guanajuato (México) têm traçados irregulares. Mas a partir do momento que as povoações brasileiras se estruturam como cidade, criando praças, edifícios públicos, matrizes, pontes e fontes, nota-se que elas vão buscar uma hierarquização altimétrica que não pode ser explicada apenas por razões de segurança.

Ouro Preto, embora tenha surgido como um rosário de acampamentos ao longo de uma estrada tronco, com altos e baixos, em determinado momento cria uma variante a esta estrada em cota mais alta, em cuja margem é instalada a praça principal. A variante da estrada primitiva passa a ser, então, a nova Rua Direita. As primeiras referenciais à abertura da praça são de 1716, com a construção da Casa de Câmara e Cadeia, mas em 1740 se edifica ali um monumental Palácio dos Governadores e, em 1797, a praça é ampliada para desafogar a sede municipal. Consolidado o centro administrativo com a construção da praça e do palácio, segue-se um período de construção de pontes e *chafarizes* que dariam uma feição nitidamente barroca e erudita ao núcleo central da cidade.

Se existem semelhanças quanto à localização, são também grandes as diferenças entre as cidades brasileiras e as antigas urbes do *Gharb*. A cidade *andalusí* tinha outra estrutura e era muito mais hierarquizada que a nossa. O *alcácer* ficava em meio à *medina* amuralhada, envolvida pelos *arrabaldes* e estes pelo campo. Na *medina*, centro da vida urbana, ficavam o conjunto mesquita-banhos, verdadeira ágora islâmica, os mercados e os bairros residenciais nobres. Fora das muralhas, os *arrabaldes*, usualmente amu-

ralhados, a necrópole, as hortas, os pomares, o açude e o aqueduto.

A cidade arabo-islâmica, ao contrário da nossa, é uma aglomeração sem espaços livres para o visitante, a menos que se possa ingressar em um pátio privado. Chueca Goitia chega a dizer que essas cidades reclusas e «secretas» não possuem ruas, porque também não têm fachadas (CHUECA GOITIA, F. – *Breve história...*, p. 75). O recato islâmico não permite distinguir a casa grande da pequena, a rica da pobre. Seu único elemento personalizado é a portada com o *alfiz* mais ou menos trabalhado. O grande espaço da cidade islâmica está fora dela, junto à porta dupla, que é um verdadeiro saguão da *medina*. Era o espaço da feira, ponto privilegiado de mediação entre a cidade e o campo e deste com o deserto, o oceano em que navegavam as caravanas árabes.

Nós não tivemos uma separação tão radical e, conseqüentemente, muralhas nem portas. Ao invés do casario branco contínuo, vascularizado por ruas «cegas», o *darb* dos árabes, possuímos quarteirões vazados por quintais verdes e delimitados por fachadas, ruas e praças. Apesar de estreitas, contorcidas e empinadas, nossas ruas têm continuidade. Não são os brônquios da cidade islâmica com seus alvéolos sem saída. Conservamos, sim, uma rígida separação do público com o privado, ainda que com tipologias arquitetônicas diversas.

A casa, os costumes e os valores

A persistência de traços orientais no nosso urbanismo e arquitetura não se deve necessariamente a transferência de modelos acabados de origem arabo-islâmico, senão à sobrevivência na nossa sociedade patriarcal de concepções de vida e costumes tipicamente maometanos, que se rebateriam no uso da casa, na interação desta com a rua, na sua disposição interna, e no mobiliário. Influências mais funcionais do que propriamente formais.

Alguns viajantes europeus, do final do século XVII e início do XVIII, se surpreenderam com o enclausuramento das mulheres brasileiras. Coreal considerava pior sua condição no Brasil que no México. Comentários semelhantes fazem Frézier e Froger sobre as baianas, embora os três afirmem que, não obstante esta repressão, as brasileiras eram muito libertinas (*apud* FREYRE, G. – *Casa Grande...*, p. 424). Gilberto Freyre afirma que as alcovas e camarinhas reservadas à dormida das meninas e moças, nas casas-grandes, bem no centro da casa rodeada de

quartos de pessoas mais velhas, era mais uma prisão do que aposento de gente livre.

«O isolamento árabe em que viviam as antigas sinhá-donas, principalmente nas casas-grandes de engenho, tendo por companhia quase que exclusivamente escravas passivas; sua submissão muçulmana diante dos maridos, a quem se dirigiam sempre com medo, tratando-os de 'Senhor', talvez constituíssem estímulos poderosos ao sadismo das sinhás, descarregado sobre as mucamas e as molecas em romances históricos...» (FREYRE, G. – *Casa Grande...*, pp. 338-339).

Nas casas de engenho do Recôncavo da Bahia, as capelas tinham *gelosias* separando a sacristia da capela-mor para que as mulheres pudessem assistir a missa sem serem vistas. Nos engenhos Freguesia, Pouco Ponto e São José o coro se comunicava diretamente com os dormitórios, como nos conventos de feiras de clausura [AZEVEDO, P. O. (coord.) – *Inventário...*, vol. II, pp. 31 e 217-218].

Oliveira Marques reconhece que a casa medieval portuguesa era fortemente influenciada pela muçulmana e esta, por sua vez, obedecia aos mesmos princípios da romana, em decorrência das condições climáticas próprias de toda a região mediterrânea. Mas o recato imposto às mulheres obrigava a criação de dispositivos desconhecidos na casa romana. «Assim por exemplo, o corredor de entrada e acesso ao pátio interior talhava-se em cotovelo, para evitar miradas indiscretas dos passantes na rua» (MARQUES, A. H. O. – *A sociedade medieval...*, p. 65).

Com a sobrevivência desses valores e costumes, era de esperar-se que a casa de pátio fosse a dominante no Brasil. Mas isto não acontece, ao nosso ver, por razões fundamentalmente climáticas. Na península Ibérica, até onde chegam as baforadas do Simum, o clima quente e seco como o do Norte da África impôs às construções o desenvolvimento em torno a um pátio, como no Magrebe. Esta disposição cria uma área de sombra e umidade e as grossas paredes de barro isolam o calor e dão estabilidade térmica nas noites frias. Esta não é a condição do trópico úmido.

No Brasil, o uso do pátio se restringiu àquelas construções que, por suas dimensões, necessitavam de áreas internas de iluminação e ventilação. Este é o caso do chamado Paço Imperial do Rio de Janeiro, da Casa dos Contos e do Palácio dos Governadores de Ouro Preto, do Paço Arquiepiscopal da Bahia e de algumas casas-grandes de engenhos do Recôncavo da Bahia, como os engenhos Cachoeira (dos Adornos), Matoim e Caboto. Mas no sertão

do Nordeste, onde o clima é semi-árido, sobreviveram os pátios internos. Um caso interessante é o de São Luís do Maranhão, onde os grandes sobrados apresentam pátios em U, para permitir a circulação de ar.

No trópico úmido, ao contrário das regiões secas e áridas, a circulação de ar é o único alívio para o calor, evaporando as gotículas de suor da pele. Por esta razão, os colonos e seus descendentes invertiram a disposição da casa ibérica. «Viram-na pelo avesso para melhor arejá-la, em detrimento da segurança e da reclusão mourisca. A casa torna-se, assim, mais amável... As colunas de alvenaria tosca e os esteios de madeira, nos alpendrados da varanda, substituem as sólidas arcadas dos pátios portugueses», observa Miran de Barros Latif. Surgem assim, a partir do início do século XVIII, casas-grandes avandadas em três e até quatro lados.

Na área urbana prevaleceu a casa medieval portuguesa do Norte, estreita e comprida, sem pátio (ANDRADE, A. A. - *A paisagem...*, p. 28). Casa desenvolvida entre duas medianeiras, geralmente assobradada e varada por um corredor que se estende da rua ao quintal. Esse corredor serviria, entre outras funções, a fazer a tiragem do ar viciado das salas e *alcovas*, que se abrem para ele. Curiosamente, essa casa urbana de clima temperado e úmido se adaptaria melhor ao nosso trópico úmido, desbançando a mediterrânea.

Mas a casa nortenha seria reapropriada em função de nossas peculiaridades sociais. Seus aposentos conservam, até hoje, conotações sociais muito precisas, especialmente no que se refere à divisão entre os setores íntimo e social. O acesso à sala de visitas, reservado a determinadas categorias e grupos sociais, não pode ser confundido com o ingresso em quartos e *alcovas*, sob pena de graves conflitos. Nessa escala, a sala de jantar, também conhecida como «varanda», ocupa uma gradação intermediária. Ali podem ser recebidas pessoas que gozam de alguma intimidade com a família, mas em determinadas circunstâncias, como aniversários e festas.

Para a compreensão dessas relações, vale a pena comparar o uso da casa medieval portuguesa com o da brasileira, vigente em meados do Oitocentos e ainda hoje nos bairros populares tradicionais. «No século XV, uma casa de jantar não se julgava ainda indispensável. Comia-se em qualquer sítio, quer na sala, quer na antecâmara, quer na própria câmara de dormir, em mesas montadas para o efeito e desmontadas logo depois... As cadeiras eram poucas. De uma maneira geral, as pessoas sentavam-se sobre

as arcas ou sobre as camas e, frequentemente, no chão. O costume islâmico, foi, neste caso, determinante em Portugal. Homens e mulheres, mas sobretudo estas últimas, preferiam sentar-se no chão, sobre tapetes e almofadas», comenta Oliveira Marques (MARQUES, A. H. O. - *A sociedade medieval...*, pp. 74-75 e 80).

A sala de jantar ou «varanda», ao contrário, é uma peça fundamental da casa brasileira tradicional. Cumpre, de certa maneira, à função integradora da cozinha portuguesa e tem uso diametralmente oposto ao da sala de visitas. John Luccock, em sua passagem pelo Brasil, entre 1808 e 1818, assim descreve um desses espaços no Rio de Janeiro:

«A família em geral fica na varanda, na parte de trás da casa, lugar em que se acha quase tão isolada do mundo como se se encontrasse nas profundas de uma floresta. As mulheres, sentadas na postura costumeira, costuram, fazem meia, renda, bordados ou coisas semelhantes, enquanto os homens se encostam a tudo quanto possa servir para isso ou ficam usando de uma velha tábua colocada sobre dois cavaletes...» (LUCCOCK, J. - *Notas...*, pp. 43-44).

O sentar no chão não era exclusivo da área íntima da casa. Freyre confirma a preferência das senhoras por sentarem em *alcatifas* e esteiras de palha, valendo-se de um relatório holandês do século XVII, que descreve uma visita social: «Quando vão visitar, primeiramente mandam participar; a dona da casa senta-se sobre um belo tapete turco de seda estendido sobre o soalho e espera suas amigas que também se sentam a seu lado sobre o tapete, à guisa das alcatifas, tendo os pés cobertos, pois seria grande vergonha deixar alguém ver os pés» (*apud* FREYRE, G. - *Casa Grande...*, p. 221). Jean Batiste Debret testemunhou no Rio de Janeiro, entre 1816 e 1831, damas de alta classe sentarem-se nas igrejas «à asiática» e o costume de as mulheres andarem descalças dentro de casa. O Rev. Daniel P. Kidder observou em um almoço, na ilha de Itamaracá em Pernambuco, que o Senhor que o presidia sentava-se «à turca» (*apud* FREYRE, G. - *Sobrados...*, p. 429).

Comentando a sala de visitas, tanto de casas ricas como pobres, Saint-Hilaire, que esteve entre nós no período de 1816 e 1822, afirma: «É aí que se recebem os estranhos, e se fazem as refeições, sentados em bancos de madeira em torno de uma mesa comprida. A gente abastada tem o cuidado de reservar na frente de sua casa uma galeria ou varanda, formada pelo teto que se prolonga além das paredes, e é sustentada por colunas de madeira. Fica-se geralmente nessas galerias e, em todas as estações, aí se

respira ar fresco, igualmente ao abrigo da chuva e do ardor solar. O interior das casas, reservados às mulheres, é um santuário em que o estranho nunca penetra... Os jardins [quintais], sempre situados por trás das casas, são para as mulheres uma fraca compensação de seu cativeiro, e, como as cozinhas, são escrupulosamente interditas aos estrangeiros» (SAINT-HILAIRE, A. – *Viagem pelas províncias...*, p. 96). Como se nota, a casa e o quintal eram áreas tão reservadas quanto o *harém* e o pátio arabo-islâmico, embora sua disposição e tratamento fossem outros. Mas em compensação há na casa brasileira uma área específica para receber o visitante, que não existe na casa islâmica.

O pouco mobiliário assinalado nos inventários de todo o período colonial e nas gravuras ainda do século passado não é necessariamente indicativo de pobreza, mas de costumes orientais ainda vigentes no Brasil naquela época (fig. 6). As cadeiras eram tão raras quanto em Portugal do Medieval e a mesa deslocada em função das circunstâncias, como descreve Saint-Hilaire. Quando se tratava de receber estranhos era instalada na sala de visitas. Para uso familiar permanecia na sala de jantar ou varanda posterior.

As *alcatifas* orientais, redes e esteiras indígenas substituíam com vantagem os sofás e as poltronas européias. As camas, tão valiosas em Portugal medieval, a ponto de os forais estabelecerem que deveriam ser o último objeto a responder por dívidas, foram no Brasil substituídas por redes de origem indígena, ventiladas, laváveis, versáteis, fáceis de transportar, armar e guardar (fig. 14) (MARQUES, A. H. O. – *A sociedade medieval...*, p. 76). A propósito, se conservam, até há pouco, em Póvoa do Varzim «camaretas» de dormir tipicamente árabes, registradas por Fernando Galhano (GALHANO, F. – *Desenho etnográfico*). Além de mesas, bancos, redes e esteiras, só existiam arcas, baús ou caixas de madeira ou couro e jiraus de varas para livrarem os objetos de umidade do chão. Com exceção, naturalmente, de casas nobres, mobiliário mais diversificado e abundante só começou a ser comum nas casas brasileiras a partir do século passado, por influência européia (ALGRANTI, L. M. – *Famílias...*, pp. 105-110).

Esta capacidade de adaptação de modelos ibéricos ao trópico úmido e às nossas peculiaridades sociais é substancialmente superior ao que se verificou na América espanhola. Para ali, não se translada o princípio de ajustamento sócio-ecológico, tão presente na cultura arabo-islâmica, senão a tipologia acabada, a casa de pátio mediterrânea, conce-

bida para evitar o sol e aprisionar a umidade. Assim, na maior parte do território hispano-americano, ou seja, nos Andes e na meseta centro-americana, a casa de pátio, fechada para o exterior, se transformaria, na altura, em uma geladeira.

A casa, a rua e a cidade

Outro ponto fundamental para a caracterização da cidade colonial brasileira é a relação da casa com os espaços públicos. Relação que é uma continuação da divisão interna da casa e que se cumpre em cidades tanto de traçado regular quanto não-regular. Se a casa é o domínio da intimidade, especialmente feminina, a rua é todo o oposto. Alguns antropólogos, como Roberto DaMatta e Carlos Nelson dos Santos, têm se dedicado ao estudo dessas relações.

Segundo esses autores, a casa e a rua são territórios opostos, mas complementares. A casa se identificaria com o privado, o estável, o feminino, o informal e com a própria identidade, enquanto a rua, como seu oposto complementar, se vincularia ao público, ao perigoso, ao masculino, ao formal, ao ambíguo e ao transitório. Esta é outra herança islâmica. O *harém* e o *darb* correspondem, grosso modo, às categorias identificadas pelos dois antropólogos na cidade brasileira.

«Mas é preciso notar também que a oposição *casa/rua* tem aspectos complexos. É uma oposição que nada tem de estática e de absoluta. Ao contrário, ela é dinâmica e relativa porque na gramaticalidade dos espaços brasileiros, rua e casa se reproduzem mutuamente, posto que há espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoa, tornando-se sua "casa", ou seu "ponto". Neste sentido, como já acentuei uma vez, a rua pode ter locais ocupados permanentemente por categorias sociais que ali "vivem" como "se estivessem em casa", conforme salientamos em linguagem corrente. Não preciso salientar que é na rua que devem viver os malandros, os meliantes, os pilantras e os marginais em geral – ainda que esses mesmos personagens em casa possam ser seres humanos decentes e até bons pais de família» (DAMATTA, R. – *A casa...*, p. 47). DaMatta atribui à antítese espacial das cidades brasileiras, reminiscência de antigas tradições mediterrâneas, uma das chaves para entender «o universo relacional brasileiro», fundamento de nossa maneira de ser e conceber o mundo, segundo ele.

Sob a mesma óptica, Santos analisa a diversidade e riqueza de um bairro tradicional, Catumbi, face ao processo de modernização reducionista empreendido pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Cruzando categorias como casa e rua, público e privado, masculino e feminino com trabalho, habitação e lazer, os pesquisadores do IBAM, sob orientação de Santos, chegam a interessantes conclusões. Uma delas é sobre os significados e usos do quintal. Em uma rua corredor, como uma das estudadas, eles distinguiram três faixas de uso: a rua, caracterizada pela «externalidade»; as casas, identificadas com a privacidade; e os quintais de funções mais complexas.

Como na casa *andalusi*, da rua não se vê o quintal e do quintal (pátio) não se vê a rua. Mas a casa espia as ruas, embora de forma distinta. Espia a rua como um espaço aberto, impessoal, público e praticamente ilimitado. Olha o quintal como um espaço aberto, mas privativo e limitado por anteparos – muros, cercas, sebes –, que tanto separam como unem. Para ele se abrem o jantar e a cozinha. Ali estão a latrina e a ducha, o tanque de lavar, as plantas medicinais e mágicas e os animais de criação. Durante o dia, o quintal é um espaço feminino e infantil, pois ali brincam as crianças que ainda não podem ir para a rua. À noite, a família se reúne ali para conversar [SANTOS, C. N. F. (coord.) – *Quando a rua...*, pp. 49-50].

O quintal é o «interior do interior», na medida que só se tem acesso a ele através da casa. É ali que se realizam atividades que devem ser escondidas do público e ao mesmo tempo estar fora da casa, como a higiene corporal, a lavagem de roupa suja e a criação de animais para comer. Mas é também um espaço da dona de casa, das crianças menores e do *happy hour* da família. Cumpre assim, ao mesmo tempo, as funções sociais do «pátio» e de serviço do «huerto» de sua congênera hispano-americana.

Como já vimos, a casa tradicional brasileira, tal como a *andalusi*, reproduz a cidade e vice-versa. Não só a rua tem espaços de «viver» e «trabalhar», como a casa tem espaços «arruados», como são os corredores, faixas exclusivas de articulação das demais peças, que funcionam como *casas* em si mesmas (DAMATTA, R. – *A casa...*, pp. 47-48). Caminhar pela casa é semelhante a circular pela cidade. O corredor é como uma rua, para onde se abrem as moradas, e ao mesmo tempo articula a porta de entrada com a sala de visitas, o jantar e o quintal. Esses elementos podem ser comparados à entrada da cidade, às praças, aos subúrbios e ao terreiro.

Um dos elementos mais interessantes de mediação entre a casa e a rua são as janelas e balcões. Eles funcionam como válvulas, privilegiando o fluxo em uma só direção, e como filtros, selecionando ou atenuando a passagem de outros elementos. Da janela elevada ou do balcão pode-se participar da rua, sem que a rua participe da casa. As mulheres se informam e até mesmo interferem no que se passa na vizinhança com olhares, admoestações e fuxicos. As mães controlam os filhos que brincam na rua advertindo sobre perigos, companhias, brincadeiras e namoricos, costumes ainda vigentes nos bairros tradicionais brasileiros, como assinala Santos.

Há porém instrumentos mais eficientes e discretos de observação da rua, como são as venezianas e as portas semicerradas, que permitem ver sem ser visto. Devido a maior reclusão da família e da mulher durante o período colonial, tanto na América portuguesa quanto na espanhola, estes dispositivos tiveram grande desenvolvimento, tomando forma de *adufas*, *gelosias*, *rótulas*, *grifos* e *muxarabis* (fig. 1). Como os próprios nomes indicam, são todos de origem árabe. É curioso que estes dispositivos filtram, tanto no sentido sociológico quanto físico, controlando olhares, luminosidade e incidência do sol.

Particularmente interessante é o *muxarabi*, que invade o espaço público para melhor controlá-lo, sem contudo abrir mão de sua privacidade. Eram tão numerosos os *muxarabis* e *rótulas* nas cidades brasileiras, ainda no início do século passado, que provocou uma reação histórica da Corte, quando desembarcou no Rio de Janeiro. Um dos mais veementes opositores aos costumes arabo-islâmicos assimilados pelos brasileiros era o P.^o Luiz Gonçalves dos Sanctos, que os classifica de «bisonhos e antigos costumes, que apenas se podiam tolerar quando esta porção da América era reputada uma Colônia Portuguesa»... Dentre os «costumes góticos» apontados pelo padre estavam o uso de *rótulas* e *gelosia* de madeira, que «tanto enfeia o prospecto da Cidade, e a faz menos brilhante», pois «além de serem incômodas, prejudiciais à saúde pública, interceptando a livre circulação do ar, estão mostrando a falta de civilização dos seus moradores» (GONÇALVES, L. G. S. – *Memórias...*, apud FREYRE, G. – *Sobrados...*, pp. 425 e segs.).

Como se vê, a questão era colocada em termos de uma subcultura que devia ser banida para que nos integrássemos na civilização ocidental dominante. De certa forma, as cidades brasileiras con-

tinuavam tão orientais, no início do século passado, quanto as portuguesas na Idade Média, como se apreende da descrição de Oliveira Marques. «Usavam-se muito as chamadas "musharabiyas", espécie de varandas ou marquises fechadas por um gradeamento de madeira. A "musharabiya" permitia a livre curiosidade feminina, exactamente como a persiana de hoje; contribuindo também para refrescar os aposentos...» (MARQUES, A. H. O. — *A sociedade medieval...*, p. 65).

Mas o P.^e Luiz dos Sanctos estava mal informado ou fingia quando afirmava que esses costumes «desde muito não se sofrem entre povos cultos, e de perfeita civilização...». Curiosamente em Braga, no Norte de Portugal, onde a ocupação islâmica nunca chegou a se consolidar, existiam até o terceiro quartel do século passado numerosas casas com janelas e até fachadas inteiras de rótulas, demonstrando quão forte permanecia a influência *mourisca* no país. Um gravado de 1750 mostra a antiga Rua do Souto, naquela cidade, quase integralmente revestida de rótulas (BELLINO, A. — *Habitação urbana...*, pp. 613-618).

O fato é que, atendendo ordem real, o Cons. Paulo Fernandes Viana, intendente-geral do Rio de Janeiro, baixou edital em 1909 dando o prazo de uma semana aos moradores do Rio para tirarem as «rótulas e gelosias orientais» das janelas e sobrados e seis meses para que substituíssem os balcões de madeira por de ferro. Era o «desassombramento» defendido pelo P.^e Luiz Sanctos. A medida seria reproduzida em outras províncias, como a Bahia, em 1811. Em Pernambuco, o último governador reinol, Luiz do Rego, em 1821, ao saber da existência de rótulas na pequena cidade de Goiana organiza uma expedição militar para tirá-las e queimá-las teatralmente em praça pública.

Koester relata que quando esteve pela primeira vez no Recife, em 1809, encontrou os melhores sobrados com belas sacadas corridas de *adufas*. Oito anos mais tarde, ao retornar à cidade, encontrou-a com um aspecto de mutilada. Martius descrevendo sua passagem pelo Rio de Janeiro, em 1817, ironiza: «Em lugar das antigas portas e janelas de grade, já se vêem por toda a parte portas inteiras e janelas envidraçadas. As janelas que possuíam sombrias sacadas à moda oriental, foram, por ordem superior, transformadas em "balcões abertos". Estavam "civilizadas" as cidades do Brasil Colônia, embora tudo lhes faltasse para isso: água, luz, calçamento, saúde pública, escolas secundárias, universidades, bibliotecas e teatros...» (ORNELAS, M. — *A cruz...*, pp. 171-172).

Gravura de Thomas Ender retratando o «Mercado perto de praia atrás do trapiche da Alfândega» mostra uma série de sobrados com seus balcões sem rótulas, vendo-se as roupas secando no seu interior. Sobrados em trajés menores, no dizer de Estevão Pinto. Pode-se perceber que esses balcões barrocos, sustentados por colunas de pedra, foram adoçados às fachadas primitivas, confirmando a suposição de que a arabização dos costumes toma mais alento com a chegada maciça de emigrantes de Portugal, a partir do século XVIII.

Além de evidente preconceito, é provável que existissem interesses econômicos por meio, especialmente ingleses, pela substituição de rótulas e gelosias por caixilhos de vidro e balcões de madeira por ferro. Parece confirmar a suspeita de Freyre o fato e a lei só se aplicar aos sobrados, isto é, às habitações da gente com maior poder aquisitivo (FREYRE, G. — *Sobrados...*, p. 427).

Muitos *muxarabis* desapareceram pela repressão, mas outros, por sua fragilidade. Uma das mais interessantes adaptações da carpintaria árabe ao Brasil foi a substituição das *reixas* de sarrafos por trançados de taquara de origem indígena. Devem ter sido tão freqüentes no interior do país essas peneiras que protegiam o interior das casas dos olhares e do sol, que as rótulas eram conhecidas em algumas regiões como *urupemas*.

Apesar de toda a pressão, conseguiram sobreviver no país meia dúzia de *muxarabis*: dois em Olinda, já sem as rótulas, três excelentes em uma só casa em Pilar de Goiás e dois em Diamantina: um no balcão frontal de um sobrado e outro em toda a extensão da varanda lateral da casa, onde supostamente viveu Chica da Silva. Na América espanhola se preservaram centenas de *muxarabis*, conhecidos como *balcones* ou *cajas*, em cidades como Lima, Cusco, Sucre, Quito, Bogotá e Cartagena de Índias. A única casa com rótulas que se conserva em Portugal é a de n.º 41, da Rua São Marcos, em Braga.

Como se vê, a relação entre a casa e a rua na cidade brasileira não é muito diversa da cidade *andalusi*, embora nem a casa nem a rua tenham o mesmo desenho. Aliás, esta relação se verifica também nas cidades hispano-americanas. No caso brasileiro, a rua é estreita, empinada e tortuosa, como nas cidades do *Gharb*, mas a casa urbana é outra, de origem setentrional. Na América espanhola, a casa de pátio mediterrânea permaneceu a mesma, mas a rua sofreu grandes modificações, sendo retificada, aplainada e alargada. Apesar dessas alterações, as relações entre a casa e a rua são as mesmas, como provam os dese-

nhos idênticos de balcões, rótulas e *muxarabis*, nas duas Américas e até nas ilhas atlânticas.

Divisão e hierarquização

Se a cidade colonial brasileira não é o carbono das *andalusí*, não é também uma cidade espontânea, sem regras, «irregular». O que existia era uma outra ordem, cuja sintaxe apenas começamos a desvendar. Sua estruturação vertical não era uma exigência apenas de segurança, estava ligada também a uma concepção de vida, à estrutura do poder e ao controle do entorno no que se refere à produção, à circulação, às comunicações e à repressão. Tratava-se de um urbanismo tridimensional, estratificado e com forte separação entre o público e privado.

Na Bahia, mesmo antes da fundação de Salvador, os primeiros templos foram construídos sobre colinas, a exemplo das ermidas da Graça e da Vitória. Os terrenos doados pelo governo da cidade para a construção de conventos extramuros eram elevados, como os do Carmo e de São Bento. A ocupação da segunda linha de colinas do sítio urbano, a partir de acampamentos utilizados para a retomada da cidade aos holandeses, propiciaria a formação de novos bairros. No topo de cada uma dessas colinas foram construídas capelas que depois seriam transformadas em mosteiros e matrizes, como os Conventos da Palma, da Lapa e do Desterro, e as Matrizes de Santana e Saúde.

No Rio de Janeiro, enquanto a cidade se espalhava na várzea, os grandes conventos galgavam as quatro colinas que delimitavam a nova área ocupada. Assim, os jesuítas permaneciam no Castelo, enquanto no morro de Santo Antônio se instalavam os franciscanos e no de São Bento os beneditinos. No final do século XVII, o bispo sobe o Morro da Conceição e junto a uma pequena ermida estabelece o governo espiritual da cidade. Ouro Preto, no coração do Brasil, quando se estrutura como cidade vai buscar um dos pontos mais altos do sítio urbano para a instalação de seu centro cívico.

A mesma estruturação altimétrica foi adotada em outros assentamentos humanos confirmando sua função mais ampla. Garcia d'Ávila, o rico *almoxarife* de Tomé de Souza, instala a sede de seu império pecuário sobre uma colina em Tatuapara, atual Praia do Forte, dominando grande extensão de pastagens e mar, de onde sinalizava por meio de sua *almenara* a aproximação e a saída de barcos e baleias na Baía

de Todos-os-Santos. Nos engenhos de açúcar do Nordeste, casa-grande e capela estavam sempre no alto de uma colina, na posição mais evidente. Moradas de feitores e trabalhadores livres ficavam na meia encosta, a fábrica na parte baixa, junto a um rio ou braço de mar e as senzalas mais afastadas.

Essa preferência por localizações altas era ditada, aparentemente, mais por razões de comunicação e poder do que de defesa. Tal como no mundo islâmico, Estado e Igreja estavam ligados através do regime do padroado. Não seria esta uma herança, ainda que inconsciente, da cidade islâmica, com sua grande cúpula cosmogônica dominando o conjunto urbano e os minaretes disputando a altura para atrair o maior número de fiéis?

Não seria o conflito de concepções urbanas tão díspares como a cidade verticalizada lusa e a urbe plana e fluvial holandesa o responsável, em última instância, pela evacuação e destruição de Olinda e construção de Recife? É fácil imaginar a dificuldade de um príncipe holandês, acostumado a se deslocar do palácio até o campo em barco, em ter que enfrentar as empinadas ladeiras de Olinda, sob um sol causticante, tendo como referências visuais, não o paço comunal e as guildas à margem do canal, senão igrejas católicas perfiladas ao longo do percurso. Seriam, também neste caso, apenas razões de segurança as que determinaram a mudança, como se afirma?

Também as casas eram verticalizadas e estratificadas. Casa térrea era morada de chão de terra, como nas senzalas, reservada aos mais pobres. Nos sobrados, onde viviam os que tinham posses, o térreo era reservado aos depósitos, à criadagem, ou eventualmente à loja. Mas esta não era casa, senão rua, isto é, domínio público. No edifício público por excelência, a casa de câmara e cadeia, o térreo era o presídio, onde os presos eram expostos a excreção da comunidade e o primeiro andar reservado às grandes decisões políticas. Esta hierarquização de sobrados e sedes de engenhos foi um dos aspectos que mais impressionou o arquiteto francês Louis Leger Vauthier, que trabalhou no Recife entre 1840 e 1846 (*Revista do SPHAN*).

Não seria surpresa que a verticalização fosse perseguida também nas urbes de traçado regular, ligadas ao poder e às elites. A hierarquização e a divisão entre público e privado é uma constante nas duas matrizes urbanas brasileiras: a geométrica, identificada com o ideal de regularidade e racionalidade da Reconquista, e a não-regular, correspondendo à tradição mais remota e popular, à cultura *mudejar*. Isto explicaria porque «cidades novas» fundadas pela

Coroa, como Salvador, João Pessoa, São Luís do Maranhão e Belém do Pará, abandonaram o traçado regular em sua expansão popular.

É provável que os dois padrões urbanísticos, que coexistiram durante todo o período colonial, tenham se rebatido na grande divisão da cidade brasileira contemporânea: o traçado regular adotado nos loteamentos de classe média e nas renovações dos centros urbanos e o traçado não-regular usado nas invasões e bairros periféricos. Esses dois padrões são vigentes também na América espanhola, sublinhando traços comuns do processo de colonização. Já na década de 60, Magnus Mörner e Richard Morse afirmavam que bairros espontâneos, como as «chabolas» e invasões das megalópolis hispano-americanas, tinham sua origem na segregação racial vigente durante a Colônia, com paróquias de índios envolvendo as grandes áreas centrais exclusivas dos espanhóis. Este fato teria, por sua vez, antecedentes na conclusão do processo de Reconquista da península, com alfamas judias e mourarias mudéjares segregadas e periféricas aos núcleos cristãos (*apud* George Kubler, *El Urbanismo...*, pp. 43-44).

Do exposto, alguns pontos podem ser destacados:

1. A cultura arabo-islâmica, que foi dominante na península Ibérica durante um período variável de seis a oito séculos, com a Reconquista é reduzida a uma cultura popular de resistência, mas com muitos elementos sincréticos, conhecida como cultura *mudejar*.

2. A tradição *mudejar* ibérica se preservou melhor e por mais tempo na América do que na própria Península, sobrevivendo até o início do século passado. A explicação para este fato parece estar no maior isolamento cultural e no menor controle ideológico das metrópoles.

3. Apesar da persistência de valores e costumes islâmicos nas duas Américas, as soluções urbanísticas e arquitetônicas adotadas são distintas. Por razões que ainda não são inteiramente claras, mas seguramente relacionadas com os distintos modelos de ocupação, a tradição urbanística *andalusí* resiste mais na América portuguesa, enquanto a tradição arquitetônica sobrevive e brilha na América espanhola, especialmente na arte do *blanco* em soberbas igrejas do Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e México.

4. A estruturação vertical dos assentamentos humanos no Brasil, herança da cidade *andalusí*, não está ligada apenas a razões defensivas, mas também a fatores religiosos, políticos, sociais e culturais.

5. Enquanto na América espanhola se reproduz fielmente a casa mediterrânea em alturas de até 4000 m sobre o nível do mar, no Brasil a mesma casa de pátio é virada pelo avesso, embora mantendo a mesma radical separação entre o público e o privado. Para a criação da casa brasileira, especialmente rural, parece ter contribuído a experiência portuguesa em outras regiões tropicais úmidas, no particular a Índia.

6. Apesar da diferença de traçados da habitação e da cidade nas duas Américas, as relações entre a casa e a rua são muito semelhantes, mediadas por balcões, rótulas e *muxarabis* de desenhos praticamente idênticos.

7. As duas tradições urbanísticas ibéricas – a cristã, geometrizante e erudita, e a *andalusí*, não-cartesiana e popular – coexistem no Brasil desde a fundação da Cidade do Salvador até à atualidade. Sobrevivem hoje nos dois «brasis» de que falam os sociólogos. A primeira no circuito oficial, burguês e globalizado, a segunda no circuito popular, informal e local.

Bibliografia

- ALGRANTI, Leila Mezan – *Famílias, e vidas domésticas*, in «História da Vida Privada no Brasil», São Paulo, Companhia das Letras, 1997, vol. 1.
- Análisis del ordenamiento visual en los ambientes urbanos: lo monumental frente a lo popular*, in «La Ciudad: Problemas de Diseño y Estructura», Barcelona, G. Gili, 1970.
- ANDRADA, Martim Francisco – *Jornal de Viagens por diferentes vilas da Capitania de São Paulo*, in «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», (45).
- ANDRADE, Amélia A. – *A paisagem urbana medieval portuguesa: Uma aproximação*, in «Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português: 1415-1822», Lisboa, CNCDP, 1998.
- ARANTES, Antônio – *O que é cultura popular*, São Paulo, Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1984. (36).
- AZEVEDO, Paulo Ormino de (coord.) – *IPAC-BA: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia*, Salvador, Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, 1982, 3 vols.

Coroa, como Salvador, João Pessoa, São Luís do Maranhão e Belém do Pará, abandonaram o traçado regular em sua expansão popular.

É provável que os dois padrões urbanísticos, que coexistiram durante todo o período colonial, tenham se rebatido na grande divisão da cidade brasileira contemporânea: o traçado regular adotado nos loteamentos de classe média e nas renovações dos centros urbanos e o traçado não-regular usado nas invasões e bairros periféricos. Esses dois padrões são vigentes também na América espanhola, sublinhando traços comuns do processo de colonização. Já na década de 60, Magnus Mörner e Richard Morse afirmavam que bairros espontâneos, como as «chabolas» e invasões das megalópolis hispano-americanas, tinham sua origem na segregação racial vigente durante a Colônia, com paróquias de índios envolvendo as grandes áreas centrais exclusivas dos espanhóis. Este fato teria, por sua vez, antecedentes na conclusão do processo de Reconquista da península, com alfamas judias e mourarias mudéjares segregadas e periféricas aos núcleos cristãos (*apud* George Kubler, *El Urbanismo...*, pp. 43-44).

Do exposto, alguns pontos podem ser destacados:

1. A cultura arabo-islâmica, que foi dominante na península Ibérica durante um período variável de seis a oito séculos, com a Reconquista é reduzida a uma cultura popular de resistência, mas com muitos elementos sincréticos, conhecida como cultura *mudejar*.

2. A tradição *mudejar* ibérica se preservou melhor e por mais tempo na América do que na própria Península, sobrevivendo até o início do século passado. A explicação para este fato parece estar no maior isolamento cultural e no menor controle ideológico das metrópoles.

3. Apesar da persistência de valores e costumes islâmicos nas duas Américas, as soluções urbanísticas e arquitetônicas adotadas são distintas. Por razões que ainda não são inteiramente claras, mas seguramente relacionadas com os distintos modelos de ocupação, a tradição urbanística *andalusí* resiste mais na América portuguesa, enquanto a tradição arquitetônica sobrevive e brilha na América espanhola, especialmente na arte do *blanco* em soberbas igrejas do Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e México.

4. A estruturação vertical dos assentamentos humanos no Brasil, herança da cidade *andalusí*, não está ligada apenas a razões defensivas, mas também a fatores religiosos, políticos, sociais e culturais.

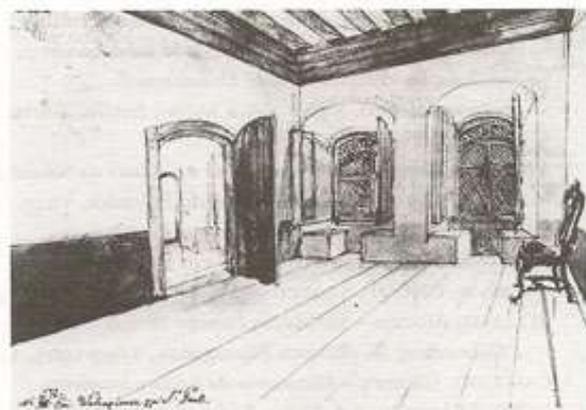
5. Enquanto na América espanhola se reproduz fielmente a casa mediterrânea em alturas de até 4000 m sobre o nível do mar, no Brasil a mesma casa de pátio é virada pelo avesso, embora mantendo a mesma radical separação entre o público e o privado. Para a criação da casa brasileira, especialmente rural, parece ter contribuído a experiência portuguesa em outras regiões tropicais úmidas, no particular a Índia.

6. Apesar da diferença de traçados da habitação e da cidade nas duas Américas, as relações entre a casa e a rua são muito semelhantes, mediadas por balcões, rótulas e *muxarabis* de desenhos praticamente idênticos.

7. As duas tradições urbanísticas ibéricas – a cristã, geometrizante e erudita, e a *andalusí*, não-cartesiana e popular – coexistem no Brasil desde a fundação da Cidade do Salvador até à atualidade. Sobrevivem hoje nos dois «brasis» de que falam os sociólogos. A primeira no circuito oficial, burguês e globalizado, a segunda no circuito popular, informal e local.

Bibliografia

- ALGRANTI, Leila Mezan – *Famílias, e vidas domésticas*, in «História da Vida Privada no Brasil», São Paulo, Companhia das Letras, 1997, vol. 1.
- Análisis del ordenamiento visual en los ambientes urbanos: lo monumental frente a lo popular*, in «La Ciudad: Problemas de Diseño y Estructura», Barcelona, G. Gili, 1970.
- ANDRADA, Martim Francisco – *Jornal de Viagens por diferentes vilas da Capitania de São Paulo*, in «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», (45).
- ANDRADE, Amélia A. – *A paisagem urbana medieval portuguesa: Uma aproximação*, in «Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português: 1415-1822», Lisboa, CNCDP, 1998.
- ARANTES, Antônio – *O que é cultura popular*, São Paulo, Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1984. (36).
- AZEVEDO, Paulo Ormindio de (coord.) – *IPAC-BA: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia*, Salvador, Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, 1982, 3 vols.



«Aposento paulista de casa nobre», de Thomas Ender.
A cadeira como um luxo, in W. Zanini (org.), História
Geral da Arte no Brasil, São Paulo, IWMS, 1983



Mercado perto da praia através do trapiche da alfândega, de Thomas Ender, in Ana Maria Belluzzo,
O Brasil dos Viajantes, vol. 1, Imaginário do Novo Mundo, Metalivros, São Paulo, 1994



Família de plantador, de Johann Moritz Rugendas.
O mobiliário reduzido a redes, bancos e esteiras, Col. José
Midlin, in História da Vida Privada no Brasil, vol. 1,
São Paulo, C.ª das Letras, 1997



Uma história, de Henry Chamberlain. Rótulas,
capas e mantilhas para se proteger da rua, in História
da Vida Privada no Brasil, vol. 1, São Paulo,
C.ª das Letras, 1997

- AZEVEDO, Paulo Ormindo de – *Urbanismo de trazado regular em los dos primeros siglos de la colonización brasileña*, in «Estudos sobre Urbanismo Iberoamericano, Siglos XVI a XVIII», Sevilla, Junta de Andalucía, 1990.
- AZEVEDO, Thales de – *Povoamento da cidade do Salvador*, Salvador, Prefeitura Municipal do Salvador, 1949.
- BARROS, Filomena – *Os mudéjares em Portugal*, in «Memórias Árabo-Islâmicas em Portugal», Lisboa, CNCDP, 1997.
- BELLINO, Albano – *Habitação Urbana (Braga e Guimarães)*, in «Revista Portugalia», 1899-1903, (1).
- CASCUDO, Câmara – *Dicionário do folclore brasileiro*, Rio de Janeiro, Ed. Ouro, s/d.
- CHUECA GOITIA, Fernando – *Breve história del urbanismo*, Madrid, Alianza, 1968.
- DAMATTA, Roberto – *A casa e a rua*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- FREYRE, Gilberto – *Casa Grande e Senzala*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, 17.ª ed.
- FREYRE, Gilberto – *Sobrados e mucambos*, Rio de Janeiro, Record, 1996.
- GALHANO, Fernando – *Desenho etnográfico*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical-Museu de Etnologia, 1985.
- GONÇALVES, Luiz Gonçalves dos Saltos – *Memórias para servir à História do Reino do Brasil [...] Escriptas na Corte do Rio de Janeiro no Anno de 1821...* (Lisboa 1825), apud FREYRE, Gilberto – *Sobrados e mucambos*, Rio de Janeiro, Record, 1996.
- GRAMSCI, Antônio – *Literatura e vida nacional*, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1968.
- KUBLER, George – *El Urbanismo colonial Iberoamericano: 1600-1820*, in Francisco de Solano (coord.), «Historia y Futuro de la Ciudad Iberoamericana», Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Históricas-Universidad Internacional Menéndez Pelayo, 1989.
- LOWENTHAL, Leo – *Literature, Popular Culture and Society*, Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1961.
- LUCCOCK, John – *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil (1820)*, São Paulo, EDUSP-Itatiaia, 1975.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa: Aspectos da vida quotidiana*, Lisboa, Sá da Costa, 1987.
- MOTA, Manuela – *A arte: raízes de memória*, in «Memórias Árabo-Islâmicas em Portugal», Lisboa, CNCDP, 1997.
- ORNELAS, Manoelito de – *A cruz e o alfanje*, Salvador, Progresso, s/d.
- ORNELAS, Manoelito de – *Gauchos e beduínos*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1948.
- PINTO, Irineu Ferreira – *Datas e notas para a história da Parahyba*, Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1908-1916.
- REBOUÇAS, Diógenes; GODOFREDO FILHO – *Salvador da Baía de Todos os Santos no século XIX*, Salvador, F. Odebrecht, 1985.
- REIS FILHO, Nestor Goulart – *Evolução urbana do Brasil (1501-1720)*, São Paulo, Pioneira, 1968.
- Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, 1943, (7).
- ROSSO DEL BRENNIA, Giovanna – *Medieval ou barroco? Proposta de leitura do espaço urbano colonial*, in «Revista Barroco», Belo Horizonte, 1982-1983, (12).
- SAINT-HILAIRE, Auguste de – *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, São Paulo, EDUSP-Itatiaia, 1975.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos (coord.) – *Quando a rua vira casa*, São Paulo, Projeto, 1985, 3.ª ed.
- SMITH, Robert – *As artes na Bahia*, Salvador, Prefeitura Municipal de Salvador, 1954, 1.ª parte.
- TAUNAY, Afonso de – *Na Bahia colonial (1610-1764)*, in «Revista do IGHB», Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. 144.
- TORRES, Cláudio; MACÍAS, Santiago – *A islamização do Gharb al-Andalus*, in «Memórias Árabo-Islâmicas em Portugal», Lisboa, CNCDP, 1997.
- TRAVASSOS, Simões – *Conquista da Paraíba*, in «Datas e Notas para a História da Parahyba», Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1908-1916.
- Vernaculo*, in «Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa», p. 1768, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1968.
- VYTERBO, F. M. Souza – *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portugueses ou a Serviço de Portugal (1899)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, 3 vols.
- ZOZAYA, Juan – *Urbanismo andalusí*, in «Cidades e História», Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

ANEXO

Glossário de termos de arquitectura e urbanismo de origem árabe utilizados no português e no castelhano

REFERENTES AO TERRITÓRIO

Português	Castelhano	Origem / significação / fonte
Açude	azud/azut	(Do árabe <i>As-Sudd</i> = a barrera, M&N) Represa, dique, albufeira.
Albufeira	albuheira	(Do árabe <i>Al-Buhaira</i> = a laguna, o mar pequeno, M&N) Represa, açude.
Alcândora/alcândor	alcândara/alcândora	(Do árabe <i>Al-Qadara</i> = o poleiro do falcão, M&N) O poleiro das aves. Por extensão o cimo.
Alcaria	alqueria/alcaria	(Do árabe <i>Al-Qarya</i> = casario, M&N) Casa para guarda de instrumentos agrícolas (C&L). No castelhano: aldeia.
Alfafa	alfalfa	(Do árabe <i>Al-Halja</i> , D.A.) Leguminosa, cultivada como forragem.
Alfobre/alfobre/ /alfovre		(Do árabe <i>Al-Hufra</i> , D.A.) Viveiro de plantas, leira, almácega.
Alforje	alforja	(Do árabe <i>Al-Khurj</i> , D.A.) Sacos geminados de couro que se coloca na anca da montaria para levar carga.
Alidade	alidada	(Do árabe <i>Al-Hidada</i> = a régua do carpinteiro, M&N) Instrumento de agrimensura.
Almácega/almécega	almáciga/o	(Do árabe <i>Al-Mástaká</i> , D.A.) Tanque para a nora. No castelhano: viveiro de plantas, alfobre.
Almanjarra/almajarra	almajarra	(Do árabe <i>Al-Magarra</i> , A.C.) Pau da nora onde se ata o animal. No Brasil engenho movido a besta. No castelhano: sementeira.
Almargem/almargeal	almarjal	(Do árabe <i>Al-Marj</i> , D.A.) Prado natural, terreno pantanoso.
Almenara	almenara	(Do árabe <i>Al-Manara</i> = o lugar da luz, M&N) Torre de sinalização, farol.
Almocafre/almocafo	almocafre	(Do árabe <i>Al-Mihfar</i> = enxada, D.A.) Enxada, picareta.
Almocreve/almocrebe		(Do árabe, D.A.) Pessoa que conduz tropa de mulas.

REFERENTES AO TERRITÓRIO

Português	Castelhano	Origem / significação / fonte
Almude/almudada	almud	(Do árabe <i>Al-Mudd</i> , D.A.) Medida de capacidade = 32 litros e área equivalente de sementeira.
Alqueire		(Do árabe <i>Al-Kail</i> , D.A.) Medida de capacidade = 36 litros, por extensão agrícola, correspondente a sua área de sementeira, variando em cada região.
Alberca/alverca/ /alvergue	alberca	(Do árabe <i>Al Birca</i> = o tanque M&N) Terreno alagadiço; tanque para água.
Arrecife/recife	arrecife	(Do árabe <i>Ar-Racif</i> = caminho empedrado M&N.) Formação rochosa paralela à praia.
Arroba	arroba	(Do árabe <i>Ar-Rub</i> = a quarta parte, M&N) Medida de peso = um quarto do quintal, ou 15 kg.
Azenha	aceña	(Do árabe <i>As-Sanya</i> = a que eleva a água, a roda hidráulica M&N) Moinho acionado por água.
Azimute	acimut	(Do árabe <i>As-Sumut</i> , pl. de <i>As-Samt</i> = a direção M&N) Rumo definido pelos astros, orientação.
Azinhaga		(Do árabe <i>Az-Zinaiqá</i> = rua estreita, A.C.) Caminho estreito no campo.
Fãnega	fanega	(Do árabe <i>Faniga</i> = certa medida de capacidade, M&N) Medida de capacidade, cerca de 100 kg; local de venda de cereais.
Muladar/muladal	muladar	(Do árabe <i>Muyul Ad'dar</i> = inclinação ou pendente da casa, M&N) Monturo. Outros autores atribuem o termo ao latim vulgar <i>muratale</i> (D.A.).
Nora	noria	(Do árabe <i>Na'ura</i> = roda hidráulica, M&N) Máquina para tirar água de um poço.
Récova/récua	recova	(Do árabe <i>Ar-Rakba</i> = caravana, D.A., M&N) Tropa de mulas e sua carga. No castelhano, passagem que leva a uma praça, local de venda de produtos rurais.
Rincão	rincon	(Do árabe <i>Rukan</i> = esquina/ângulo, M&N) Lugar abrigado, recanto, esconderijo.
Saloio		(Do árabe vulgar <i>Sahroi</i> = habitante do deserto, A.C.) Indivíduo rústico, aldeão, camponês das cercanias de Lisboa.

REFERENTES À CIDADE E SEU GOVERNO

Alcaçaria	alcaceria/alcaiceria	(Do árabe <i>Al-Qaisariyya</i> = o mercado ou o edifício com habitações, depósitos e lojas ao redor de um pátio M&N) Local onde se permitia a mouros e judeus negociarem; mercado com hospedaria para viajantes.
Alcavala	alcabala	(Do árabe <i>Al-Qabala</i> , A.C.) Tributo, imposto sobre a compra e venda.
Alcaide	alcaide/alcalde	(Do árabe <i>Al-Qa'id</i> = condutor, chefe M&N) Antigo governador de castelo ou província. No castelhano, administrador de presídio; em sua variante «alcalde» governante municipal.

REFERENTES À CIDADE E SEU GOVERNO

Português	Castelhano	Origem / significação / fonte
Aldeia/aldeota	aldea	(Do árabe <i>Ad-Day'a</i> = a propriedade rural, a chácara, M&N) Pequena povoação.
Alfama/alxaima	alhama/aljama	(Do árabe <i>al-Khaimā</i> = acampamento, D.A. ou <i>Al-Jama's</i> = congregação, M&N). Judiaria
Alfoz	alfoz	(Do árabe <i>Al-Hawz</i> = o distrito, o termo, M&N) O arrabalde, o distrito.
Almofala		(Do árabe <i>Al-Mahallā</i> , A.C.) Acampamento.
Almotacé/almotacel	almotacen/almotazan	(Do árabe <i>Al-Muhtasib</i> , M&N) Encarregado do controlo de pesos e medidas.
Almoxarife	almojarife/almojerife	(Do árabe <i>Al-Musarif</i> , A.C.) Administrador da fazenda real.
Alvará	albalá	(Do árabe <i>Al-Barā</i> = a carta, a cédula, D.A.) Autorização judicial ou administrativa para realizar um ato, inclusive construir.
Arrabalde	arrabalde/rabal	(Do árabe <i>Ar Rabadh</i> = casas e bairros fora da cidade, M&N) Burgo extramuros.
Bairro	barrio	(Do árabe <i>Barri</i> = exterior, arrabalde, M&N) Cada uma das partes de uma cidade.
Baldio	baldio	(De baldio, do árabe <i>BaTil</i> = inútil, D.A.) Diz-se do terreno comunal ou sem edificações ou cultivo.
Chafariz	chafariz	(Do árabe <i>Sabriy</i> ou do seu pl. <i>Sahariy</i> = tanque, M&N) Fonte de distribuição de água.
Medina	medina	(Do árabe <i>Madina</i> = cidade, M&N) Núcleo amuralhado das cidades muçulmanas.
Mouraria	moreria	(De mouro + aria, D.A.) Gueto de mouros e judeus na península Ibérica.

REFERENTES ÀS EDIFICAÇÕES

Abadia	abadia	(Do aramaico <i>Abade</i> , > árabe <i>Abba</i> = o pai, M&N) Circunscrição eclesiástica de um abade, sede da circunscrição.
Açotéia	azotea	(Do árabe <i>As-Sutaiha</i> = o terraço, M&N) Ático, terraço sobre uma casa ou torre.
Aduana	aduana	(Do árabe <i>Ad-Diwan</i> = o registro, M&N) O mesmo que alfândega.
Adufa	adufa	(Do árabe <i>Ad-Duffa</i> = a comporta, M&N) Comporta de canal. Anteparo contra o sol, persiana.
Ajimez/aximez	ajimez/aljimez	(Do árabe <i>Al-Shamas</i> = a janela, janela de gesso, J.R.) Janela geminada arqueada.

REFERENTES ÀS EDIFICAÇÕES

Português	Castelhano	Origem / significação / fonte
Alaroz/laroz	alaroz/aloroso	(Do árabe <i>Al-Arus</i> = o noivo, o recém-casado, M&N) Espigão da tacaniça, perna de asna, marco de biombo, montante de esquadria.
Albarã/albarana	albarrana	(Do árabe <i>Al-Barrana</i> = ao exterior, M&N) Torre saliente em uma muralha.
Alcáçar/alcácer/ /alcázar	alcazar	(Do árabe <i>Al-Qasr</i> = o palácio, M&N) Palácio, fortificado ou não, dos governantes mouros na península Ibérica; por extensão edifício suntuoso.
Alcáçova	alcazaba	(Do árabe <i>Al-Qasaba</i> = fortaleza, M&N) Recinto fortificado dentro de uma povoação amuralhada para refúgio da guarnição.
Alcova	alcoba	(Do árabe <i>Al-Qubba</i> = a cúpula, a abóbada, o gabinete, M&N) Cúpula, por extensão quarto de dormir.
Alfândega		(Do árabe-hispânico <i>Al-Fândiaq</i> , A.C.) Local onde se cobram impostos pela entrada e saída de mercadorias, aduana.
Alfurja		(Provavelmente do árabe <i>Al-Fúrja</i> , A.C.) Poço interno de iluminação; ruela.
Algibe	aljibe/algibe	(Do árabe <i>Al-Yubb</i> = o poço, M&N) Cisterna, tanque para depósito de água.
Aljube/alzube		(Do árabe <i>Al-Jubb</i> , D.A.) Caverna, prisão escura, cárcere eclesiástico.
Almádena	alminar	(Do árabe <i>Al-Manar</i> = o farol, M&N) O mesmo que minarete.
Almocábar/almocávar		(Do árabe <i>Al-Muqabar</i> , pl. de <i>al-muqabá</i> , A.C.) Cemitério de mouros e judeus.
Armazém	almacen/algacen	(Do árabe <i>Al-Majzan</i> = depósito, M&N) Depósito de mercadorias.
Arsenal	arsenal	(Do árabe <i>Dar-aq-Çina'a</i> = fábrica, D.A.) Local de fabricação ou guarda de armas.
Atalaia	atalaya	(Do árabe <i>At-Tala'i</i> = os sentinelas, M&N) Guarita, vigia, ponto elevado de observação.
Açougue	azogue	(Do árabe <i>As-Suq</i> = a senda, o mercado, M&N) Praça do mercado, local de venda de carne.
Barbacã	barbacana	(Do árabe-persa <i>Barbahane</i> , A.C.) Obra externa de fortificação.
Bazar	bazar	(Do persa <i>Bazar</i> = mercado coberto com portas, M&N) Mercado ou rua árabe com lojas; por extensão loja de departamento.
Harém	haren	(Do árabe <i>Háram</i> = sagrado, o que é proibido, A.C.) Parte do palácio dos sultões reservado às odaliscas; núcleo da casa árabe reservado à família.
Masmorra	mazmorra	(Do árabe <i>Matmura</i> = caverna artificial, calabouço, M&N) Prisão subterrânea, prisão escura.
Mastaba	mastaba	(Do árabe <i>Mastaba</i> = bloco de pedra, M&N) Túmulo, tronco piramidal dos egípcios.

REFERENTES ÀS EDIFICAÇÕES

Português	Castelhano	Origem / significação / fonte
Mesquita	mezquita	(Do árabe <i>Masjid Al Yami</i> = oratório da comunidade, M&N) Edifício onde os muçulmanos oram.
Minarete	minarete/alminar	(Do árabe <i>Alminar</i> = fr. Minaret, M&N) Torre para chamar os fiéis nas mesquitas.
Muxarabi/muxarabié		(Do árabe <i>Maxarabiya</i> = janela de arco, D.A.) Balcão fechado com gelsias.
Saguão/zagão	zaguan/azaguan	(Do árabe <i>Ustawan</i> ou <i>Ziwan</i> = pórtico, M&N) Vestíbulo que precede o pátio ou a escada.
Serralho	serallo	(Do turco <i>Saray</i> = palácio + do árabe <i>S'rr</i> = secreto, M&N) O mesmo que harém.
Soco/soclo	zocalo	(Do árabe <i>Suqqa</i> = sendero, caminho com bordos pavimentados, M&N) Base saliente de um muro, fachada ou coluna, plinto. No México praça de armas.
Tarima/tarimba	tarima	(Do árabe <i>Tarima</i> = estrado de madeira, M&N) Estrado de madeira onde dormem os soldados nos quartéis.
Zigurate	zigurat	(Do árabe <i>Ziggurat</i> = torre, M&N) Templo escalonado da Mesopotâmia.

REFERENTES À CONSTRUÇÃO

Adobe	adobe	(Do árabe <i>Ad-Tub</i> = o tijolo, M&N) Tijolo de barro seco ao sol.
Alambor	alambor	(Do árabe <i>Al-Ubur</i> = pl. <i>ubr</i> = margem, M&N) Face inclinada de um muro, escarpa.
Alarife	alarife	(Do árabe <i>Al-Arif</i> = o mestre, M&N) Chefe, entendido, mestre de obras, arquiteto.
Alcatrão	alquitrán	(Do árabe <i>Al-Qitrán</i> = o breu, M&N) Destilado orgânico viscoso usado na impermeabilização e na calafetagem.
Alcatruz	alcaduz/arcaduz	(Do árabe <i>Al-Qadus</i> , A.C.) Vaso cerâmico da nora, manilha de barro.
Aldrava/aldraba/ /aldrabagato	aldaba	(Do árabe <i>Ad-Dabba</i> = fecho, batedor, M&N) Fecho de porta, batedor de porta.
Alecrim		(Do árabe <i>Al-Iklil</i> , A.C.) Madeira de lei usada na carpintaria e na mercenaria.
Alferça/alferce /alfeça		(Do árabe <i>Al-Faz</i> , A.C.) Picareta, alvião.
Algarobo/alfarrobo	algarrobo	(Do árabe <i>Al-Harruba</i> , A.C.) Madeira de lei usada na construção e na marcenaria.
Algeroz/aljeroz		(Provavelmente do árabe, A.C.) Calha, coletor de água.
Alicate	alicates	(Do árabe <i>Al-Liqat</i> = a tenaz, M&N) Tenaz de cortar azulejos, arame, segurar e apertar peças mecânicas.

REFERENTES À CONSTRUÇÃO

Português	Castelhano	Origem / significação / fonte
Alicerce/alicece		(Do árabe <i>Al-'Isas</i> , A.C.) Alvenaria enterrada que serve de fundação a um edifício.
Alizar	alizar	(Do árabe <i>Al-Izar</i> = o véu, o pano, M&N) Friso de azulejos na parte inferior da parede; guarnição de portas e janelas.
Almagre/almagra	almagre	(Do árabe <i>Al-Mágra</i> , A.C.) Argila vermelha rica de óxido de ferro, roxo-terra.
Almécega/almácega	almáciga/o	(Do árabe <i>Al-Mástaká</i> , A.C.) Resina de aruceira ou lentisco, que serve como mástique usado em carpintaria. Também o tanque da nora.
Alvaiade	albayaide	(Do árabe <i>Al-Bayad</i> = a brancura, M&N) Carbonato de chumbo de cor branca, que serve para dar corpo às tintas a óleo.
Alvanel/alvanir/ albanel/alveneiro	albañil	(Do árabe <i>Al-Banni</i> , A.C.) O que faz alvenaria, pedreiro.
Alvenaria	albañileria	(Derivado do árabe <i>Al-Banni</i>) A arte de construir em pedra ou tijolo.
Andaime	andamio	(Do árabe <i>Ad Daaim</i> = postes, M&N) Estrutura de barras de madeira ou ferro que auxilia na construção dos edifícios.
Anil	añil	(Do árabe <i>An-Ni</i> = a planta do índigo, M&N) Pigmento azul obtido do índigo e utilizado em tintas.
Açafrão	azafrán	(Do árabe <i>Az-Za'afrañ</i> , D.A.) Pigmento laranja usado na culinária e nas tintas, alçafor.
Azeite	aceite	(Do árabe <i>Az Zait</i> = suco da oliva, M&N) Óleo de azeitona e por extensão qualquer óleo vegetal, animal ou mineral usado, em tintas e como impermeabilizante.
Azulejo/azorecho	azulejo	(Deriv. do árabe-hispânico <i>Az-Zul'ig</i> , A.C.) Cerâmica vitrificada para revestir paredes.
Baldosa	baldosa	(Do árabe <i>Balat</i> = lousa cuadrada, M&N) Tijolão ou lousa para pavimentação.
Calafate	calafate	(Do árabe <i>Qalfat</i> = carpinteiro náutico, M&N) O que veda tábuas com estopa e alcatrão.
Elemi	elemi	(Do árabe <i>Al-Lami</i> = espécie de goma, M&N) Madeira de cuja resina se faz verniz.
Gesso	yeso	(Do árabe <i>Al-Yes</i> = o gesso, M&N) Gipsita cozida facilmente moldável quando hidratada.
Sanja/sanga	zanja	(Do árabe <i>Zanca</i> = rua estreita, M&N) Valeta, regato, dreno, cava de alicerce.
Soquete	soquete	(Do árabe <i>Sugat</i> = resto/objeto sem valor, M&N) Toco de madeira grosso e curto, que serve para socar.
Tabica	tabica	(Do árabe <i>Tabiqá</i> = adaptada/ajustada, M&N) Cunha para abrir a tábua enquanto é serrada, sarrafo preso nas balizas de proa e a popa dos barcos. No castelhano, sarrafo com que se fecha uma fresta ou buraco.

REFERENTES À CONSTRUÇÃO

Português	Castelhano	Origem / significação / fonte
Tabique	tabique	(Do árabe <i>Tashbik</i> = separação em um quarto/parede de tijolo, M&N) Parede delgada de divisão.
Taca	taca	(Do árabe <i>Taqa</i> = janela, nicho, M&N) Porta. No castelhano, armário pequeno, nicho.
Talco	talco	(Do árabe <i>Talq</i> = amianto/gesso, M&N) Silicato ácido de magnésia ou pedra sabão, usado na construção em lâminas finas para substituir o alabastro, em janelas.
Tambor	tambor	(Do árabe <i>At-Tambûr</i> = tambor, A.C. e M&N) Muro circular que sustenta a cúpula: cada uma das peças do fuste de uma coluna.
Taipa	tápia	(Do árabe <i>Tabiya</i> , M&N) Muro de barro socado entre duas tábuas.
Taipal	tapial	(Deriv. de taipa) Forma de madeira para a moldagem da taipa ou do concreto.
Tarracha	terraja	(Do árabe <i>terraha</i> ou <i>terraja</i> , M&N) Ferramenta para perfilar peça de gesso ou abrir rosca.
Zarcão/azarcão	azarcón	(Do árabe <i>As-Az Zarqun</i> , M&N) Carbonato de chumbo, pintura alaranjada viva; minio.
Zinabre/azinhavre/ /azebre	cinabrio	(Do árabe <i>Az-Zingafir</i> = óxido de cobre, A.C.) Verdete de cobre, verde-paris. No castelhano designa o sulfato de mercúrio, ou vermelhão.

REFERENTE AO MOBILIÁRIO E À DECORAÇÃO

Alazão/alaçor	alazan/alazana	(Do árabe <i>Al-Az'ar</i> = ruivo, D.A.) Da cor do açafreão. Diz-se do cavado de pêlo avermelhado (C&L).
Alcatifa	alcatifa	(Do árabe <i>Al-Qatifa</i> = o veludo, M&N) Tapete, alfombra.
Alfaia		(Do árabe <i>Al-Haiâ</i> , A.C.) Móvel, adorno, utensílio.
Alfombra	alfombra	(Do árabe <i>Al-Jumra</i> = a esteira de folhas de palmeira, M&N) Tapete espesso, alcatifa.
Almofada	almohada	(Do árabe <i>Al-Mujadda</i> = o lugar de apoio da face M&N) Travesseiro; terminação arredondada ou piramidal de peças de cantaria ou carpintaria.
Almofariz	almirez	(Do árabe <i>Al-Miharas</i> , de <i>Haras</i> = pisar, A.C.) Recipiente em que se trituram substâncias sólidas.
Arabesco	arabesco	(Do árabe <i>Arab</i> + do italiano <i>esco</i> , M&N) Ornamento geométrico de origem árabe.
Argola	argolla	(Do árabe <i>Al-Gulla</i> = o colar, M&N) Puxador ou batedor de porta; aro onde se amarra a rede ou o cavalo.
Azul	azul	(Do persa <i>Lazward</i> , > árabe vulgar <i>Lazurd</i> , D.A.) Cor do céu, cor muito utilizada na pintura de portas e janelas.

REFERENTES AO MOBILIÁRIO E À DECORAÇÃO

Português	Castelhano	Origem / significação / fonte
Baldoquino	baldaquin	(Do toponímico <i>Baldac</i> , Bagdá, na I. Média, de onde se importavam telas para dosséis, M&N) Tecido proveniente de Bagdá, por extensão o dossel, que cobre o altar.
Batea	batea	(Do árabe <i>Batiya</i> = gamela, M&N) Bacia, gamela, artesa.
Candil/candeia	candil	(Do grego e do latim > árabe <i>Qindil</i> , C.A.) Luminária suspensa, lamparina.
Carmesim/carmim	carmesi	(Do persa <i>Kirm</i> > árabe <i>Qirmiz</i> > árabe-hispânico <i>Qarmazi</i> = vermelho, A.C.) Cor vermelha intensa; pigmento obtido da cochonilha.
Divã	divan	(Do persa <i>Diuan</i> > turco <i>Divan</i> = sala do conselho do sultão da Turquia, A.C.) Móvel para recostar.
Damasco	damasco	(Do toponímico Damasco, de onde provinha) Tecido de seda com desenhos lavrados usado para revestir paredes.
Escarlate	escarlata	(Do persa <i>Sakirlat</i> > árabe <i>Sigillat</i> > árabe-hispânico <i>Iskirlata</i> = = tecido de seda brocado de ouro, A.C.) Cor vermelha intensa; pigmento obtido da cochonilha ou quermes.
Festão	feston	(Do árabe <i>Fustan</i> = vestido de festa/arranjo festivo, M&N) Decoração em grinalda. Segundo outros autores do italiano <i>festone</i> , A.C. e D.A.
Gelosia	jamesia/celosia	(Do árabe <i>Shamsiyya</i> = a que está exposta ao sol, para-sol, M&N, para outros autores do italiano <i>gelosia</i> , A.C. e D.A.) Grade de madeira, gesso ou pedra, que permite ver, sem ser visto.
Laca	laca	(Do persa <i>Lak</i> > árabe <i>Lakh</i> = nome de várias substâncias que tingem de vermelho, M&N) Verniz de resinas orientais, na cor vermelha ou preta.
Mourisco	morisco	(Derivado de <i>moura</i> , habitante da Mauritània) Ornamentação mudéjar, que incorpora elementos renascentistas.
Persiana	persiana	(Do francês <i>Persienne</i> , originário da Pérsia, M&N) O mesmo que veneziana.
Sanefa	cenefa /acenefa	(Do árabe <i>Sanifa</i> = bordo ou fimbria do vestido M&N) Guarnição superior das cortinas, faixa decorada na parte superior de paredes.
Tamborete		(Do árabe <i>Tambúr + etc</i> = diminutivo de tambor) Banco sem encosto, geralmente cilíndrico.
Tauxia	ataujia/taujia	(Do árabe <i>tauxiá</i> , ato de bordar, D.A.) Decoração de fios de ouro ou prata embebidos em chapa de ferro ou aço.
Turquesa/turqui	turquino/turqui	(Do árabe <i>Turqui</i> = proveniente da Turquia, M&N) Cor azul-escura; mármore italiano azul (C.L.).

FONTES

A.C. - António Geraldo da Cunha - *Dicionário Etimológico Nova Fronteira*, Rio Janeiro, 1982.C&L - Corona e Lemos - *Dicionário da Arquitetura Brasileira*, São Paulo, Edart, 1972.D.A. - *Dicionário da Aurélio*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.J.R. - José Ramón Paniagua - *Vocabulário básico de Arquitectura*, Madrid, Cátedra, 1985.M&N - Fernando Martínez N., Hamurabi Noufouri F., - *El diccionario del Alarife*, Buenos Aires, Los Cedros, 1994.